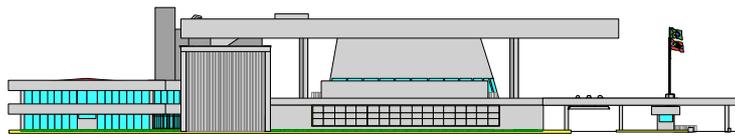


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 27 DE FEVEREIRO DE 2008

NÚMERO 5.856

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Sílvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Edison Andrino
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1869
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE

| | |
|--|--|
| Plenário | |
| Ata da 007ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 21/02/2008.....2 | |
| Atos da Mesa | |
| Ata da Mesa.....18 | |
| Publicações Diversas | |
| Projetos de Lei.....18 | |
| Redação Final20 | |

PLENÁRIO

ATA DA 007ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Defende redução da jornada de trabalho, sem prejuízo da redução do salário.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Registra a presença do vereador de Papanduva, Alcides Malikoski, do advogado Paulo, do sr. Carelli, irmão do ex-prefeito de Videira.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Faz um destaque ao ofício circular que o secretário da Educação enviou às escolas de Santa Catarina, que se refere à questão dos professores.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Propõe fundo estadual para vitivinicultura.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Defende o governador Luiz Henrique da Silveira, e diz que ele fez uma campanha ética e diferenciada de todos os demais governadores candidatos à reeleição.

Partidos Políticos

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Comenta pesquisa de opinião sobre o desempenho do governo federal e do presidente Lula.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Propõe debate sobre as competências das guardas municipais.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Registra que o gerenciamento de trânsito feito pelos municípios tem causado uma dúvida jurídica com relação ao papel do agente de trânsito.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença dos prefeitos de Capão Alto, Otacilio Costa e do presidente da Associação dos municípios da Região Serrana.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Convida a todos para uma palestra com o presidente nacional do PPS, Roberto Freire, que falará sobre a conjuntura nacional.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Afirma que o governo não se comprometeu com o futuro fortalecimento do Besc.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Diz que o resultado do processo do Besc foi o melhor e o mais positivo possível para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Refere-se ao processo de cassação do governador Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Passa a ler matéria que fala sobre o meio empresarial em Santa Catarina.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Mostra vídeo referente ao processo de cassação do mandato do governador Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (aparte) - Posiciona-se contrário ao processo de cassação do governador Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Cumprimenta o deputado Elizeu Mattos pelo seu pronunciamento a respeito do processo de cassação do governador.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (aparte) - Pede ao deputado Elizeu Mattos para assistir novamente ao vídeo que fala do Judiciário.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Solicita que a Ordem dos Advogados do Brasil seja científica da parte do pronunciamento do advogado Gley Sagaz.

Ordem do Dia

DEPUTADO RENO CARAMORI - Discute Pedido de Informação de sua autoria, a ser enviado ao presidente da Cidasc, solicitando informações sobre a cobrança de taxa para obtenção de permissão de trânsito vegetal.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Solicita subscrever o pedido de informação de autoria do deputado Reno Caramori.

Explicação Pessoal

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Lamenta estar acontecendo essa situação instável a que foi arremetido o governo do estado.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Crítica clima de "terceiro turno" instalado na Assembléia; mostra preocupação com a questão da agricultura em nosso estado.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Comemora incorporação do Besc; cumprimenta o deputado Dirceu Dresch pelo depoimento que aborda vários assuntos de interesse do povo catarinense.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Aborda o Quilômetro da Arrancada que acontecerá no município de Lages; elogia a vida política do governador Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sugere para os próximos eventos a plantação de árvores para eliminação de dióxido de carbono.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Narra suas atividades durante o final de semana.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Convida todos os filiados do Partido dos Trabalhadores para a conferência eleitoral que será realizada no próximo final de semana, na Assembléia.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Convida todos os deputados e toda a sociedade para participarem do Arrancadão Serrano de Caminhões, em Lages.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Registra a presença do presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, do Toni Correa, do jornal *Diário do Contestado* e do suplente de vereador do PSDB da cidade de Lages; fala das denúncias que fez ao advogado Gley Sagaz.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Parabeniza os empregados do Besc, toda a sociedade catarinense envolvida, o governo federal, o governo do estado e todos os partidos políticos que se envolveram para que houvesse a incorporação do Besc pelo Banco do Brasil.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Comemora manutenção do Besc público; fala sobre a educação em Santa Catarina.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Parabeniza o deputado Pedro Uczai por sua luta e batalha para que o Besc continuasse público.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Comunica que hoje à tarde o presidente do Besc e o presidente do Banco do Brasil estarão nesta Casa.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Enaltece o governo Lula e a senadora Ideli Salvatti na concretização do processo referente ao Besc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito bom-dia, sr. presidente, deputado Julio Garcia. Está certo que temos poucas mulheres neste Parlamento, mas, certamente, daqui a alguns anos, poderemos estar participando dos trabalhos aqui no Parlamento com uma metade de parlamentares mulheres, deputado Pedro Uczai, e com a outra metade de homens, porque tenho certeza de que as mulheres têm por obrigação participar desses momentos de decisão no estado, no município e no nosso Brasil.

O meu bom-dia também aos srs. deputados, às sras. deputadas e ao público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e também aqui, nas galerias, desta Casa de Leis.

Srs. Parlamentares, o assunto que me traz à tribuna no dia de hoje vem sendo destaque em nível nacional e é oriundo principalmente das centrais sindicais e dos sindicatos de todo país. Inclusive, lá também dediquei grande parte da minha vida e da minha militância pelo Partido dos Trabalhadores, lutando também, deputado Pedro Baldissera, pela redução da jornada de trabalho.

(Passa a ler.)

"As Centrais Sindicais de todo o Brasil, entre elas a CUT - Central Única dos Trabalhadores - e a Força Sindical, uniram-se na luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, de 44 horas para 40 horas semanais. Iniciaram uma cruzada pelo recolhimento de cinco milhões de assinaturas até o dia 1º de maio, para forçar o Congresso Nacional a votar a redução da jornada de trabalho."

Faço aqui um apelo a todos os srs. deputados, às sras. deputadas e ao público que nos está acompanhando para que assinem esse manifesto como uma maneira de pressionar o Congresso Nacional a votar a redução da jornada de trabalho, sem prejuízo da redução do salário.

(Continua lendo.)

"Segundo as Centrais Sindicais, as lutas pela redução da jornada de trabalho acontece no mundo desde os primórdios do capitalismo. No início das lutas era quase uma questão de sobrevivência dos nossos operários, que trabalhavam até 18 horas por dia. No século XIX, por exemplo, as mobilizações foram fortalecidas pela organização dos trabalhadores em sindicatos, o que garantiu vitórias importantes." Srs. parlamentares, estaríamos trabalhando, inclusive, em regime de escravidão, se homens e mulheres não tivessem ido para essas lutas.

Datas significativas, como o Dia do Trabalhador e o Dia Internacional da Mulher, marcam alguns momentos de verdadeiro heroísmo da classe trabalhadora, de homens e mulheres que perderam a vida na luta pela dignidade e contra a exploração no trabalho.

No Brasil, a luta pela redução da jornada de trabalho coincide com o surgimento das primeiras indústrias, entre o final do século XIX e o início do século passado. Em 1907, aconteceu a primeira greve geral no Brasil, envolvendo trabalhadores de São Paulo, Campinas, Santos, Ribeirão Preto e Rio de Janeiro, que conquistaram a redução da jornada de trabalho para dez horas e alguns para oito horas diárias. Vejam bem, foi uma luta que começou em 1907.

As jornadas de oito horas diárias e de 48 horas semanais só entraram na Constituição Brasileira em 1934, juntamente com uma lei regulamentar que admitia a possibilidade da execução de até duas horas extras diárias. Em 1988, com a Constituição Cidadã, os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros conquistaram a jornada de 44 horas semanais.

Na avaliação das centrais sindicais brasileiras, é preciso urgentemente reverter a trajetória de precarização do mundo do trabalho, retomar o crescimento econômico e gerar, sim, novos empregos. Nesse sentido, a alternativa mais eficiente é a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais. Segundo o Dieese, o potencial de geração direta de novos postos de trabalho com a redução da jornada de 44 horas para 40 horas semanais chega a mais de dois milhões de empregos novos. Vejam bem, vão abrir novos campos de trabalho. E segundo dados de 2005, o custo da mão-de-obra brasileira é 5,8 vezes menor do que o americano, seis vezes menor do que a francesa e cerca de oito vezes menor do que a alemã e holandesa. Além disso, a jornada de trabalho semanal no Brasil é superior, se comparada a alguns países.

Na Alemanha, sr. deputado Pedro Uczai - e estive lá -, a jornada de trabalho é na ordem de 40,3 horas semanais e não deixa de ser um país desenvolvido; na Espanha, srs. deputados, são 35 horas de trabalho semanais; no Japão, onde todo mundo diz que o japonês trabalha, trabalha, e trabalha mesmo, a jornada de trabalho é de 42 horas semanais; na França é na ordem 38,6 horas de trabalho semanais; nos Estados Unidos, que dizem que é a potência do mundo, é na ordem de 42,6 horas de trabalho semanais; e o Brasil ainda continua com 44 horas de trabalho semanais, sendo que existem empresas que excedem esse horário.

Esses dados do custo da mão-de-obra brasileira e da jornada de trabalho em outros países desmentem a alegação dos empresários de que a redução da jornada traria prejuízo à competitividade dos nossos produtos no mercado internacional. A produtividade de nossa indústria cresceu 150% nos últimos 15 anos. Os salários médios no Brasil ainda estão abaixo da maioria dos países que mantêm relações comerciais conosco. Esses dois fatores comprovam que há não apenas espaço, mas necessidade da medida. O país vive um momento importante de crescimento da economia, em que a redução da jornada pode potencializar o desenvolvimento, gerando novas vagas para os jovens e mulheres, que são os principais afetados pelo desemprego.

Uma recente pesquisa realizada pela Universidade de Barcelona concluiu que uma jornada superior a 40 horas de trabalho semanais causa danos físicos e emocionais incontáveis, que vão da ansiedade e depressão até problemas cardíacos. No caso brasileiro, além da extensa jornada, o excesso de horas extras e a intensidade do ritmo de trabalho têm gerado um enorme custo social para os trabalhadores e o país."

Basta ver, deputado Jailson Lima - e v.exa. é médico do trabalho -, que o número de psicóticos está aumentando no nosso país e em nossas cidades. E isso está acontecendo porque as pessoas estão adoecendo por problemas emocionais, depressivos e cardíacos. Isso gera um custo também para o Brasil; então, é preciso fazer essa análise.

(Continua lendo.)

"Para mulheres e homens que estão trabalhando, a redução da jornada de trabalho representa um aumento na qualidade de vida. Mais concentrados e menos cansados, os trabalhadores produzem mais e melhor - com certeza isso já foi comprovado, inclusive cientificamente. Além disso, eles têm mais tempo livre para se dedicar à família" - e é importante esse ponto, pois assim as mulheres podem ficar mais tempo com os seus filhos -, "ao lazer, ao estudo, enfim, a outras atividades que aumentam o seu nível de satisfação.

Em Blumenau, eu dou um exemplo muito concreto: no governo popular do PT, de Décio Lima, reduzimos a jornada de trabalho geral dos servidores municipais de 44 horas para 40 horas semanais. E muitas categorias, como educação e saúde, vigias, serventes, zeladores, cozinheiras, recreadoras, atendentes e outras, tiveram a sua jornada de trabalho reduzida para 30 horas semanais. Isso aumentou muito a qualidade do trabalho e a satisfação familiar."

É dessa forma, srs. deputados, que peço que nós, parlamentares, que temos o dever de representar a nossa população, possamos também nos juntar a essa maratona, que é brasileira, e assinar esse manifesto. Assim esperamos poder colher os cinco milhões de assinaturas para enviarmos ao Congresso Nacional a fim de reduzirmos a jornada de trabalho dos nossos brasileiros, homens e mulheres, que tanto necessitam.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do vereador de Papanduva, Alcides Malikoski, que está aqui acompanhado do advogado dr. Paulo e do sr. Carelli, irmão do ex-presidente da Cidasc e ex-prefeito de Videira. Sejam bem-vindos à Casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem cedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados ouvintes da Rádio AleSC Digital, telespectadores da TVAL, quero destacar aqui uma circular que o secretário Paulo Bauer distribuiu para as 1.250 escolas de Santa Catarina - e naturalmente fez também chegar às mãos de todos nós, deputados, e de todos os secretários de estado do governo de Santa Catarina.

Essa circular, que se refere à questão dos professores, destaca que 25% de todo o orçamento do estado da Educação, por lei, é obrigado a gastar em educação. E foi gasto no ano passado 25,1% do orçamento, ou seja, um pouco mais do que a lei exige.

Destaca esse ofício o seguinte:

(Passa a ler.)

[...]

"4. em razão daqueles limites"

(os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e o limite de 25%), "a folha de pagamento do Governo do Estado, incluída a da Educação, só poderá aumentar se ocorrer crescimento na arrecadação ou se houver, no caso da Educação, a otimização de recursos humanos;

5. a otimização de recursos humanos na Educação se alcança pela contratação do menor número possível de professores ACTs, como consequência da presença de professores em sala de aula, daqueles concursados, no maior número de horas/aula, no maior número de horas/aula possível e a atuação de especialistas e assistentes na escola;

6. através dessa otimização viabilizaremos a melhoria de remuneração do magistério;

7. ações como a implantação do novo sistema de pagamento dos professores, as auditorias visando confirmar a exatidão dos números de alunos matriculados por Unidade Escolar, a execução do processo de enturmações, a redução das autorizações de transferência de professores para atividades administrativas, o acompanhamento criterioso das faltas ao trabalho e das licenças para tratamento de saúde, o estabelecimento de normas para a concessão do usufruto de licença-prêmio e de licença para frequência em cursos de pós-graduação mestrado, entre outras, já demonstraram, no ano de 2007, que é possível praticarmos a otimização desejada, pois naquele ano reduzimos mais de 3.000 (três mil) ACTs na rede escolar, sem prejuízo de ensino; [...]"

Em 2007, reduziu-se de quase 17 mil para um pouco mais de 13 mil ACTs. E este ano pretende-se reduzir esse número ainda mais, em torno de 12 mil ACTs.

(Continua lendo.)

"8. a folha de pagamento do estado, considerando os efetivos, ACTs e inativos, da Secretaria de Educação alcançou, no ano passado, em 2007, R\$ 1.181.892.809,02 (um bilhão, cento e oitenta e dois milhões, oitocentos e noventa e dois, oitocentos e nove reais e dois centavos)" [...];

E naturalmente desse valor estão excluídos todos os encargos sociais. Foi somente o que chegou de fato nas mãos dos profissionais. E é desejo do governador, do secretário e também nosso melhorar a educação. Porém, temos que compreender que precisamos otimizar esses recursos, visto que a escola pública custa, hoje, valores maiores do que a escola particular.

(Continua lendo.)

"9. encontra-se em pleno vigor, o pagamento mensal de abono no valor de R\$ 100,00 (cem reais) para todos os professores ativos e inativos [...];" que não pode ser incorporado à folha de pagamento, porque iria infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

"10. a decisão adotada e anunciada para o magistério público estadual visa à valorização do professor, inclusive o ACT, além dos assistentes e especialistas, que estejam atuando nas Unidades Escolares, e terá repercussão financeira de mais de 52 milhões de reais, a qual somada ao crescimento vegetativo (méritos, triênios e títulos), resultará num crescimento da folha de pagamento, de 2007 para 2008 de 11,52%.

11. a partir de março, os professores especialistas e assistentes técnicos pedagógicos e administrativos passarão a receber mensalmente um valor a título de INDENIZAÇÃO, batizada informalmente de 'prêmio-educação', e que passará a fazer parte das conquistas dos membros do magistério para toda a sua carreira; NÃO SE TRATA DE ABONO E SIM DE VERBA INDENIZATÓRIA, semelhante ao auxílio alimentação, pois será implantada com o propósito de indenizar o membro do magistério por despesas que tem no exercício de sua profissão, tais como assinatura de revistas, compra de livros, compra de máquinas, pagamento de serviços de internet e telefone, compra de vestuário, deslocamentos, frequência voluntária a cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional e outras;

12. os valores que serão pagos, a título de indenização, serão de R\$ 100,00 (cem reais) por mês, nos meses de MARÇO, ABRIL, MAIO, JUNHO E JULHO, e de R\$ 200,00 (duzentos reais) por mês, A PARTIR DE AGOSTO, sem qualquer interrupção ou redução. Certamente, em oportunidade futura, este valor sofrerá aumento de acordo com as possibilidades financeiras do Tesouro do Estado e das condições que a Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Educação viabilizar;

13. aos especialistas e assistentes será promovido o pagamento de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) A PARTIR DE MARÇO e de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) A PARTIR DE AGOSTO, sendo também beneficiados por legislação que lhes assegurará transporte intermunicipal gratuito para seus deslocamentos ao trabalho;

14. o valor da indenização anunciada também será devido aos professores, efetivos e ACTs, que têm regime de trabalho de 30, 20 e 10 horas semanais, sendo que lhes será pago o valor proporcional à sua carga horária;" ou seja, aquele valor de R\$ 100,00 corresponderia à 40 horas. Aqueles que derem 30, 20 ou 10 horas/aula vão receber proporcional.

"15. é certo que outros reajustes serão promovidos em favor do magistério e, inclusive, é certo que no momento possível e apropriado o abono de R\$ 100,00 (cem reais), que está sendo pago e que continuará sendo pago, será incorporado à folha, sem que se comprometa a estrutura da tabela salarial vigente." [...][sic]

A exposição feita serve para todos os professores e para todo o secretariado do estado, no sentido de informar a verdadeira intenção do governo do estado e do secretário da Educação em transparência e responsabilidade no compromisso de melhorar o serviço da educação valorizando o professor.

(Continua lendo.)

"Considerando o período de janeiro de 2003 até 2008 devemos mencionar que um professor, com licenciatura plena, carga horária de 40 horas/aula, que leciona para alunos de 5ª à 8ª série de ensino médio terá 109.7% de crescimento de remuneração total.

Desde janeiro de 2003 até esta data nenhuma outra categoria do servidor público teve um crescimento maior que o INPC, que correspondeu a 33,05%."

Srs. deputados, essa circular demonstra a intenção que o governo do estado e o secretário da Educação têm em melhorar o contentamento dos profissionais da Educação, e no futuro certamente esse valor pago em abono poderá ser incorporado em salário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria, na manhã de hoje, de trazer nesta tribuna dois assuntos que julgo de extrema importância para o estado de Santa Catarina.

Antes, porém, quero lembrar que da tribuna no dia de ontem fiz referência ao decreto do presidente Lula retirando o Besc do caminho da privatização. Isso para nós, do Partido dos Trabalhadores, e para os funcionários públicos do Besc, organizações, movimentos, que sempre bateram de frente, sendo contrários a qualquer iniciativa de privatização, sem dúvida nenhuma, tem sido um momento marcante e forte nessa trajetória. Então, quero registrar com muita alegria o fato de que o presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores zelou com a sua palavra e com o seu compromisso.

Além disso, quero dizer que hoje e amanhã, na Universidade Federal de Santa Catarina, estará reunido o grupo de trabalho nomeado pela Portaria 948/2007, do MEC, juntamente com pessoas do ministério da Educação, discutindo e debatendo o projeto técnico da Universidade Federal da Grande Fronteira da Mesorregião, da região da fronteira, reunindo os estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, o oeste do nosso estado, o sudoeste do Paraná e o noroeste do Rio Grande do Sul.

Portanto, aqui, mais uma vez, temos uma grande vitória, porque o presidente Lula dá continuidade ao processo de inclusão social, através da presença da universidade pública no estado de Santa Catarina ou na mesorregião da fronteira do Mercosul. Relembrando que são 396 municípios que compreendem esses três estados. Portanto, temos aqui quase quatro milhões de pessoas que serão atingidas, que farão parte dessa iniciativa do presidente Lula, do PT.

Assim, quero desejar êxito à comissão em todo o trabalho que será realizado e que se pense um novo modelo de universidade. Isso é importante, ou seja, uma universidade que possa dar respostas às demandas de cada uma das diferentes regiões desses três estados.

Um outro aspecto que eu gostaria de trazer aqui hoje na tribuna é sobre uma iniciativa que surge, a partir de um grande debate acontecido no Vale do Rio do Peixe, agora recentemente, no início deste mês, na primeira Fecauva, a primeira Feira Camponesa da Uva. Naquele momento estiveram reunidos diferentes segmentos sociais, movimentos populares, que fizeram o primeiro debate para construir, dentro da cadeia produtiva da uva, alternativas para os produtores, no sentido de, além da produção tradicional, avançar um pouquinho, vislumbrando uma produção alternativa, orgânica, porque essa também incrementa recursos, incrementa renda aos nossos produtores.

Gostaria apenas de dizer que a produção de uva, no estado de Santa Catarina, em 2006, atingiu quase 50 mil toneladas. O nosso estado é o sexto produtor de uva do Brasil, e aos poucos vai se destacando na produção dessa importante matéria-prima, que gera renda, qualidade de vida para os nossos produtores, em diferentes regiões, ou seja, no Vale do Rio Peixe, na serra e no sul. E hoje começa a ser vislumbrada também na região leste do estado de Santa Catarina; portanto, várias regiões do nosso estado têm potencial muito forte, muito grande para a produção de uva.

É claro que nessa atividade o Rio Grande do Sul se destaca, pois é o maior produtor de uva. Mas Santa Catarina vem aos poucos crescendo: só em 2006 teve um crescimento maior que seis mil toneladas. O nosso estado é o quinto maior produtor neste nosso país, com 4.986 hectares de videiras plantadas e cultivadas. Portanto, são basicamente 5.000 hectares de terras onde se cultiva a produção de uva.

Claro que no Brasil o consumo é bastante pequeno ainda, pois temos um consumo de vinho que chega a dois litros por habitante/ano em Santa Catarina. É pouco, e temos que aumentar o consumo desse importante produto recomendando até mesmo para o cuidado com a saúde. O suco, por sua vez, tem o consumo de meio litro por habitante/ano. Quer dizer, é um consumo muito baixo; portanto, temos que incentivar o consumo exatamente para que os produtores possam se sentir também incentivados em cultivar mais ainda a uva.

Agora, o que nos traz à tribuna no dia de hoje é o assunto que surgiu no debate da região do Vale do Rio do Peixe, de que Santa Catarina teria que seguir um pouquinho os passos do Rio Grande do Sul, que em 1997 criou, para dar sustentação a essa atividade importante, um fundo para que através dele se pudesse ter recursos para incrementar, incentivar o cultivo dos nossos produtores de uva.

Portanto, a minha proposta no dia de hoje - e já temos protocolado nesta Casa - é um projeto de lei que autoriza o governo do estado de Santa Catarina, a exemplo do Rio Grande do Sul, a criar, a instituir um fundo próprio, que seria sustentado com recursos de impostos advindos da comercialização e da produção da própria uva. Logo, é uma iniciativa exemplar e importante para que sirva de incentivo aos nossos pequenos agricultores, produtores de uva, para ampliar a sua produção e, automaticamente, ter mais qualidade nessa produção. Dessa maneira, espero obter sucesso, já que é um projeto de lei autorizativo, para que o governo possa realmente dar um passo significativo na criação do fundo para sustentar a atividade da produção de uva.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Pedro Uczaí.

(Pausa)

O sr. deputado Pedro Uczaí solicita a permuta de horário.

Com a cedência do horário, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Herneus de Nadal.

(Pausa)

O sr. deputado Herneus de Nadal também solicita a troca de horário com a sra. deputada Ada De Luca, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, colegas deputados, público que nos assiste, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

Nos últimos dias temos visto uma grande movimentação da Oposição querendo desqualificar o governador Luiz Henrique da Silveira, a sua gestão revolucionária à frente de Santa Catarina. Querem cassar Luiz Henrique, suspender sua diplomação, paralisar o governo, tudo em nome de uma falsa moralidade. Alegam que Luiz Henrique tirou proveito da publicidade governamental e de um projeto de lei encaminhado a esta Casa que propunha a isenção de IPVA para motociclista.

O governo deu publicidade a seus atos cumpridos, dispositivos constitucionais que prevê a propaganda institucional. E a questão do IPVA que esteve no bojo da campanha também fez parte das propostas do outro candidato.

Luiz Henrique fez uma campanha ética e diferenciada de todos os demais governadores candidatos à reeleição, pois se afastou e depois renunciou ao mandato para concorrer à eleição em pé de igualdade com seu opositor. Mas essa gente que a sociedade mandou embora do poder, os escassos integrantes que ainda restam no partido, querem ressuscitar quem o povo já rejeitou várias vezes. E o pior, são covardes, pois evitam assumir a autoria da iniciativa de tentar tirar do governo aqueles que já fizeram gestão revolucionária, tirar a descentralização administrativa que está fazendo Santa Catarina crescer. Mas não podemos e não queremos retroceder.

Eles omitem a autoria da representação que está em julgamento no Tribunal Superior Eleitoral. Ora dizem que a autoria é do tal advogado apenado. Ora alguém se trai e deixa escapar que a iniciativa é sórdida contra a sociedade catarinense. Em alguns momentos vão dizer que o processo veio do nada, que foi geração espontânea, pois ninguém mais quer assumir a autoria.

Olhem, para mim são todos caras-de-pau! Por vezes, creio eu, que até passem óleo de peroba para deixar suas carecas brilhando. Por quê? Porque não têm luz própria. Inclusive, ainda esta semana o advogado da outra parte, que se diz delegado da coligação, que representa o partido do interessado maior nesta ação, traiu-se num programa de televisão. Primeiro disse que era autor do processo, depois disse que a autoria era da coligação. É como eu digo, vai virar geração espontânea.

Pior ainda do que mentir foi insinuar - eu também sou advogada - a possibilidade de compra de voto de ministros do TSE. Isso é crime. Insinuar isso, quando o tal advogado rebatia o nosso eminente colega de bancada, deputado Edson Piriquito, é violência. Essa gente precisa ser desmascarada! Eles querem ganhar no tapetão, querem novamente colocar as mãos nos cofres públicos. Esquecem que já foram derrotados várias vezes por Luiz Henrique e que perderiam novamente, tranquilamente, se hoje houvesse eleições. Se hoje houvesse eleições, companheiros, você que está em casa sabe que sairíamos às ruas, mais aguerridos, com mais vontade ainda, e que eles sofreriam mais uma derrota esmagadora.

O povo é sábio. É tão sábio que o celular dessa gente está criando mofo. E com isso eles não se conformam. Mais ninguém chama em seus celulares, pois cairam no desprezo da população. Estão esquecidos; por isso, tentam criar novos fatos.

O povo é sábio e distingue muito bem quem faz um governo inovador, realizador, diferenciado, descentralizado, transparente e, que é o mais importante, coerente com a palavra e o ato, pois essa é a grande dignidade do político.

Assim sendo, estamos, o nosso governador, juntamente com o seu vice Leonel Pavan, realizando um governo inovador e descentralizador por toda Santa Catarina, e tenho certeza de que a justiça há de prevalecer."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quinta-feira, o primeiro horário está destinado ao PT.

Fará uso da palavra, por indicação do líder, o sr. deputado Décio Góes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

(Passa a ler.)

"A pesquisa de opinião sobre o desempenho do governo federal e o presidente Lula, divulgada nesta semana, deixam a Oposição e a grande mídia indignadas. Sua raivosa estratégia não está dando certo.

Aqui no Brasil, agora, tudo é culpa do governo federal (lulopetista), como afirmou dias atrás um editorial de um jornal de circulação estadual. Parece que não há mais responsabilidades e obrigações por parte dos governos municipais, governos estaduais e por parte dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Batem cotidianamente no governo do presidente Lula. Com base no denunciamento exagerado, inventam crise sobre crise e não conseguem paralisar o governo e o país como querem.

A economia brasileira cresce com índices invejáveis, assim como as políticas públicas nas áreas sociais, conforme os dados divulgados pelas instituições oficiais e por instituições independentes.

O crescimento da economia, em torno de 5% ao ano em 2007, tende a melhorar em 2008, acompanhada pelo crescimento significativo das oportunidades de emprego.

Só em 2007 foram criados 1.617.392 empregos com carteira assinada, além do controle da inflação e outras medidas que contribuíram significativamente para a diminuição da pobreza absoluta e do aumento de oportunidades de educação.

O fato de as reservas internacionais terem alcançado US\$ 180 bilhões em dezembro de 2007, tem sido um efeito importante no sentido de gerar maior confiança dos investidores brasileiros e estrangeiros no desenvolvimento de nossa economia.

O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - contribuiu significativamente para aumentar uma expectativa otimista de desenvolvimento.

Senhoras e senhores, as elites empresariais e a Oposição acabaram com a CPMF que iria drenar R\$ 40 bilhões para a economia, e os preços iriam baixar. Ledo engano! O que se vê é que ficaram com esse dinheiro. Isso que é um escândalo! Retiram dinheiro da saúde, do programa Bolsa Família, das aposentadorias.

Um estudo de um professor da Fundação Getúlio Vargas, Marcos Cintra, publicado na *Folha de S.Paulo*, na última

segunda-feira, mostra que o que era uma suspeita se confirmou. O fim da CPMF não produziu a alardeada redução dos preços para os consumidores. Ao contrário do que afirmavam os opositores da CPMF, os preços subiram, aumentando o lucro das indústrias e empresas.

O fim da CPMF foi uma reforma tributária invertida, um Robin Hood às avessas: 'tirou dos pobres para dar aos ricos'. Por outro lado, o programa Bolsa Família acusado de eleitoreiro por aqueles que nunca precisaram de uma oportunidade, tem mudado a realidade social brasileira, ou seja, atinge 11 milhões de famílias ou praticamente um quarto dos 189 milhões de habitantes do Brasil. Para se ter uma idéia do alcance desse programa, dados divulgados pelo ministério da Saúde, o Bolsa Família ajuda a diminuir a desnutrição infantil, que diminuiu 52% depois que se associou a esse programa de transferência de renda do governo federal, coordenado pelo ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O Saúde da Família atingiu com sucesso a meta de atender 50% da população brasileira.

Outro exemplo do êxito do Saúde da Família é a proporção de recém-nascidos com mães que nunca fizeram consulta pré-natal: o número caiu de 8,54% para 2,95%. Uma das explicações para essa queda é o cumprimento das condicionalidades do Bolsa Família, que exigem por parte do beneficiário manter crianças e adolescentes em idade escolar frequentando pelo menos 85% das aulas e o cumprimento de cuidados básicos em saúde. Em resumo: manutenção de um calendário de vacinação para as crianças entre zero e seis anos, além de agenda pré e pós-natal. Ainda no que diz respeito à desnutrição (baixo peso e idade), constata-se, desde 2002, um importante decréscimo nas taxas de hospitalizações por desnutrição em crianças com menos de um ano do Sistema Único de Saúde.

De acordo com um estudo realizado pelo MDS, pelo Fundo para Nações Unidas para Infância (Unicef) e pela Universidade de São Paulo (SP), divulgado em abril de 2005, a avaliação nutricional realizada com crianças com até cinco anos de idade que vivem no semi-árido brasileiro mostrou que a desnutrição infantil na região caiu de 17,9%, em 1996, para 6,6%, em 2005. O estudo constatou que 30% da redução se deve ao Bolsa Família.

O efeito do programa de transferência de renda é ainda maior na faixa de seis a 11 meses de idade, na qual grande parte das crianças deixa o aleitamento materno e precisa mais de outros alimentos. As crianças beneficiárias, de seis a 11 meses de idade, se não fossem atendidas pelo Bolsa Família teriam 62% a mais de risco de apresentar desnutrição crônica. E reduzir a desnutrição significa diminuir as internações hospitalares e, conseqüentemente, baixar os custos na área da saúde. Este é mais um dos efeitos positivos do programa Bolsa Família.

Os ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome comemoram os índices, e nós, muito mais. E esse é um programa eleitoral, pergunto eu? Então, é por isso tudo que o resultado da pesquisa CNT/Sensus apontou o crescimento na avaliação positiva do governo Lula. De 46,5%, de outubro de 2007, passou para 52,7%, em fevereiro deste ano. É o resultado da aposta no crescimento sustentável do país.

Sobre a avaliação pessoal do presidente Lula, que passou de 61,2% para 66,8%, em igual período os dados favoráveis são sustentados pela realidade vivida pela população.

No emprego, a avaliação subiu de 39,9% para 45%. A expectativa de melhora de renda mensal subiu de 27,7% para 29,5%. Em saúde subiu de 23,5% para 28,8%, em educação passou de 38,95% para 46,55, e em segurança pública a avaliação melhorou de 18,5% para 25%.

Por último, senhoras e senhores, o PT e o governo do presidente Lula, ontem, cumpriram mais um compromisso de campanha: o Besc não foi privatizado. Ontem, em cerimônia em Brasília, o Besc foi retirado do Plano Nacional de Desestatização - PND -, passo decisivo para sua incorporação ao Banco do Brasil. Podia ter sido uma solução melhor, se o governador Luiz Henrique não quisesse apenas vender o Besc, mas foi o que foi possível.

Parabéns ao presidente Lula; parabéns ao presidente do Besc Eurides Mescolotto; parabéns a todos besquianos e parabéns ao povo de Santa Catarina, que conseguiu manter o Besc público e presente em todas as cidades catarinenses, cumprindo com a motivação da economia catarinense, que é a sua vocação."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, hoje, ao acordar, liguei a televisão, e o programa *Bom Dia Santa Catarina* estava começando. Um dos assuntos abordados pela programação desse programa da RBS TV dizia respeito ao conflito de competência que existe entre a Polícia Militar e os guardas municipais, mas mais especificamente tratou-se da Guarda Municipal de Florianópolis. Evidentemente quero crer que a reportagem, vindo hoje à tona no programa *Bom Dia Santa Catarina*, é fruto de uma ação praticada pela Guarda Municipal quando da invasão de um prédio que sedia a rádio regional aqui em Florianópolis.

Não quero entrar no mérito da questão da invasão, se é fruto de um ato praticado pelo diretor da rádio, se é correto ou não, se houve abuso por parte dele ou não. Não vou entrar nessa questão, mas a questão fundamental que temos que ter claro é o debate hoje iniciado no programa *Bom Dia Santa Catarina*.

Nobres pares, vou pedir a atenção de v.exas., dos senhores telespectadores da TVAL e daqueles também que nos ouvem pela Rádio AleSC Digital, porque não tenho dúvidas de que, persistindo os conflitos que hoje existem, haverá prejuízo à população como um todo, com certeza absoluta.

Lembro da ocasião da tramitação do projeto de lei na Câmara Municipal de Florianópolis que tratava da criação da Guarda Municipal, e uma das principais justificativas para a sua criação era de que seria necessário criar a Guarda Municipal porque a Polícia Militar não atendia mais às necessidades de Florianópolis no que diz respeito a cuidar do trânsito.

Criu-se, então, a Guarda Municipal para cuidar do trânsito, e a Polícia Militar continua cuidando do trânsito, mas fatos estão ocorrendo. São duas instituições respeitadíssimas. Evidentemente que em seus quadros há servidores que, infelizmente, muitas vezes denigrem a imagem das instituições. Mas o que mais me chamou a atenção é o fato de os guardas municipais estarem sendo preparados para portar armas de fogo. Até vou aqui fazer alguns questionamentos que reputo da maior importância para Santa Catarina.

Srs. deputados, é necessário os guardas municipais ostentarem armas na cintura para cuidar do trânsito? É necessário os guardas municipais, que cuidam do nosso trânsito, em qualquer município de Santa Catarina, ostentarem na cintura algemas? A pergunta que deixo no ar é a seguinte: a população transgride costumeiramente normas do trânsito ou são casos raros? É claro que são casos raros! E se são casos raros, as transgressões no trânsito, por que então a totalidade da Guarda Municipal ostenta armas na cintura? Por que a totalidade da Guarda Municipal ostenta algemas na cintura?

Quero fazer o questionamento, e deixá-lo no ar, para você que nos está assistindo e também para o comandante da Polícia Militar, sr. coronel Eliézio Rodrigues: por que os policiais militares que cuidam do trânsito portam armas? Não seria desnecessário? A companhia de trânsito de São Paulo, que é uma das mais respeitadas do país, não usa armas.

Existe um outro depoimento que quero fazer, até porque é uma constante, e tenho visto, em algumas oportunidades, os guardas municipais, em alguns trechos de Florianópolis, quando vão cuidar da fluência do trânsito ou de uma blitz, posicionarem seus carros no sentido contrário da via. É verdade, deputado Edson Piriquito, que se o trânsito flui normal, no sentido norte/sul, quando alguns dos guardas municipais estão posicionados para cuidar do trânsito, eles posicionam os seus veículos no sentido contrário da via. Dentro da própria via em que o trânsito é obrigatório, no sentido norte/sul ou no sentido sul/norte, os carros ficam posicionados de forma contrária. Assim como já vi, várias vezes, carros da Polícia Militar estacionados em cima do calçadão, defronte a Catedral Metropolitana.

Pergunto: é necessário isso? É legal? Não sei! Mesmo que seja legal, a população não tem o direito de questionar? Se ele pode, porque que eu não posso? Será que carros que estão a guardar as nossas vidas, que estão a nos dar segurança, sendo posicionados em lugar inadequado, é um bom exemplo?

São questionamentos que deixo no ar para que possamos começar a provocar o debate. É extremamente importante, mas o mais importante, a partir de hoje, é pedir ao governo do estado, por intermédio da secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, juntamente com a Polícia Militar, bem como também ao prefeito municipal, por intermédio da secretaria da Segurança Pública do município, que formem grupos de trabalho e que tragam soluções para que os conflitos deixem de existir e não respinguem na população.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Marcos Vieira, essa questão do gerenciamento de trânsito feito pelos municípios, que cria os agentes de trânsito, tem causado uma dúvida jurídica com relação ao papel do agente de trânsito.

Lá em Joinville, por exemplo, a própria Polícia Militar diz que a blitz não pode ser feita pelo agente de trânsito, só se houver um policial militar junto. O agente de trânsito não tem, legalmente, o direito de parar o seu automóvel e pedir os documentos do carro. Esse é um papel da Polícia.

É preciso haver, como disse v.exa., um envolvimento de todas as partes para que o cidadão seja beneficiado com a criação do agente de trânsito e não fique essa fábrica de multas que está aí.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Será que o caminho não é o da humanização do trânsito? Será que o caminho não é o da educação?

Vamos aproveitar este momento de reflexão para amadurecer o debate, procurar a melhor solução para a capital catarinense e para os outros municípios, que com certeza servirá de exemplo para Santa Catarina.

Vamos, sr. governador, vamos, sr. prefeito, vamos, prefeitos de todo o estado, ao debate para que a população não sofra com ostentação, com repreensão e com violência.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Gostaria de registrar a presença dos prefeitos da serra catarinense, do presidente da Associação dos Municípios da Região Serrana, do prefeito municipal de Capão Alto, Antônio Coelho Lopes Júnior, e do prefeito municipal de Otacilio Costa, Altamir José Paes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Professor Grando, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiras deputadas e companheiros deputados, deputado Décio Góes, v.exa., ao ler o seu discurso, proferiu uma frase que me chocou, quando disse que a manutenção do Besc como banco estadual poderia ter sido melhor, se o governador Luiz Henrique da Silveira não quisesse vender o banco. Isso não é verdade, companheiro Décio Góes.

Cabe-me aqui, como testemunha histórica, dizer que Luiz Henrique da Silveira no último grande comício público, junto com o Lula - porque as eleições de 2002 foram juntas, para presidente e governador, e naquela época eu fui candidato a governador e no segundo turno apoiamos o Lula -, em seus discursos, disse que iria manter o Besc como banco público e trabalhou por isso. E mais recentemente, para termos na memória, no CIC, esse acordo foi assinado. Naquela ocasião foi dito: a boa vontade é tirar esse projeto da desestatização. E é o que foi feito, com a assinatura do presidente, porque isso só a ele competiria, mas lá estavam autoridades estaduais e o governador Luiz Henrique.

Então vamos ser justos, porque temos que prezar pela verdade e pela transparência, sem querer que seja vitoriosa apenas uma parte. Essa é uma concepção até fascista, de negar a democracia e a história. Vamos ser sinceros, vamos determinar a igualdade de ambos os homens públicos, a sua responsabilidade, porque ambos, iguais, em nível de presidência e de governo do estado, todos lutaram o máximo para que fosse feito da melhor forma possível. Então, não devemos dizer que poderia ser melhor, porque o governador não fez ou... Calma lá! Vamos ser muito sinceros nessa questão.

Então, quero deixar aqui a minha observação, porque sou testemunha histórica desse compromisso assumido publicamente no último comício de 2002, quando foram eleitos o presidente Lula e Luiz Henrique, que apoiamos no segundo turno.

Temos um pedido do nosso líder, deputado Fernando Coruja, para que a reforma trabalhista ocorra da melhor maneira possível. É até de se estranhar que tenhamos um presidente e um governo que se diz constituído de trabalhadores e que não faz uma reforma trabalhista, como no caso, por exemplo, de termos as seis horas diárias de trabalho que o nosso partido e o nosso líder defendem.

A outra questão, sr. presidente, que me cabe, é comunicar e convidar todos, quando estará presente o presidente nacional do nosso partido, Roberto Freire, em Florianópolis, para uma coletiva, às 15h, nesta Casa, e, às 18h, uma palestra, no plenarinho, sobre a conjuntura nacional.

Amanhã, estaremos inaugurando a sede do partido em Joinville, e esta noite teremos um jantar, quando o diretório municipal de Florianópolis lançará e apresentará, como candidato a prefeito o companheiro Toninho. Portanto, teremos muitas atividades do PPS nesta semana, começando no dia de hoje.

Outra questão que também quero deixar registrada é que em Joinville, além da inauguração da sede, faremos visita à Fundação Pró-Rim, que é uma instituição que está fazendo um trabalho excelente em Santa Catarina.

Deputado Pedro Uczai, apenas registrei o que foi lido e escrito no depoimento. Se isso for desmentido, sei que pode haver engano, mas está registrado e gravado.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Professor Grando, acho que a posição de Luiz Henrique em 2002 é clara e inequívoca.

Segundo, dentro do contexto da fala do deputado Décio Góes está colocado o momento conjuntural. Quando o governo quer privatizar as contas salário dos servidores, passar para um banco privado, é inequívoca a posição de fragilizar o Besc. Portanto, é dentro desse contexto que no momento conjuntural o governo do estado não se comprometeu com o futuro fortalecimento do Besc. E por isso também tem que fazer a autocrítica.

Então, é preciso elogiar o momento político do governo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - É bastante claro: o estado não pode abrir mão do seu patrimônio que está aí. E Luiz Henrique tornou pública e conhecida essa questão, e todos se mobilizaram para essa bela solução em conjunto.

Quero deixar bem claro aqui que não adianta querer tirar casquinha de um processo que foi feito de forma conjunta, com ética, com moral. E o resultado foi o melhor e o mais positivo possível para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, colegas de imprensa e funcionários da Casa, ontem, quando

conclamei os políticos a lerem a Lei n. 9.504, que é a lei que rege o porquê de estarmos aqui, parece que caiu como uma bomba na cabeça de algumas pessoas que talvez não a tenham lido. Quando fiz alusão à Bíblia foi exatamente por isso, porque para mim a Lei n. 9.504 é uma coisa séria. Mas só venho aqui em nome do partido, porque depois vou dividir o meu espaço com o meu nobre líder, deputado Silvío Dreveck, para falar sobre algo que o deputado José Natal trouxe ontem com relação ao advogado Gley Sagaz.

Entendo perfeitamente o desespero de vocês, governistas, em fazer todo tipo de estardalhaço para tentar mudar a opinião pública. Entendo perfeitamente o desespero do deputado José Natal de uma cassação do governo. Entendo perfeitamente! Agora, não vou permitir que venham querer denegrir ou falar alguma coisa com relação ao trabalho de pessoas que estão fazendo o seu papel.

Só quero dizer à base governista e aos partidos de apoio ao governo: gritaria, jantares, passeatas, cartas de apoio de entidades não são agregadas ao projeto. Não são juntados ao processo! O processo está lá com provas de vídeo e provas escritas de crimes eleitorais que ocorreram durante e antes do processo da campanha, com promoção pessoal.

Então, tudo isso que estão fazendo vale para a opinião pública, não para o processo. Vir aqui e querer desmontar - aliás, essa é a prática do governo, querer sempre desmontar a denúncia. Essa é a tática, quando você não consegue desmontar a denúncia, busca a vida do denunciante, porque aí vão dizer que quem está denunciando fez isso, fez aquilo!

Eu faço como Jesus - cito a Bíblia novamente. Nada como uma quinta-feira pela manhã para citar a Bíblia; aliás, eu a tenho todo o tempo. Lembro de uma vez em que Jesus chegou à beira da praia e trouxeram-lhe uma mulher em pecado, apanhada em adultério flagrante, e a lei dos escribas dizia que ela deveria ser morta, ser apedrejada. Daí os homens, sr. presidente, chegaram a Jesus para pegá-lo num ponto fraco - pois queriam pegá-lo num ponto fraco e não conseguiam - e disseram: "Está aí esta mulher pecadora, que foi pega em flagrante adultério. E a lei manda apedrejar. E tu, o quê dizes?" Jesus, numa perspicácia tremenda, extraordinária, voltou às costas a eles e disse: "Quem não tiver pecados, que atire a primeira pedra." Voltou-se e começou a escrever na areia. E a Bíblia diz que um a um, soltando as pedras, foram embora, ficando a sós Jesus e a mulher.

Então, desmontar quem denuncia é a prática de quem já a abraçou. "Bom, não temos mais saída; agora, vamos tentar mudar a opinião pública, mudar quem denuncia". Mas não vale esse tipo de manifestação que está sendo feita, todo tipo de carta ou estardalhaço que seja feito, se é tapetão ou não, porque nada disso vai ser juntado ao processo. Agora, se vocês tiverem algo para juntar ao processo contra as provas que estão lá nos Autos, então, que o façam. Façam pelas medidas judiciais.

Gostaria também de dizer ao deputado José Natal que segundo o nosso advogado, dr. Gley Sagaz, ele estará buscando o que lhe é devido na Justiça.

Então, essa é a palavra do partido.

O restante do horário do partido será usado pelo nosso líder, sr. deputado Silvio Dreveck.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, dentro dos minutos restantes ao horário reservado ao PP.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. Presidente, obrigado, deputado Kennedy Nunes.

É uma pena termos que falar sobre um assunto lamentável, começando, em Santa Catarina, pela ponte "Orofino", passando pelos precatórios, pela manutenção da condenação de Paulo Afonso e agora, lamentavelmente, por esse novo episódio.

Mas quero falar em algo relevante para Santa Catarina que não é do meio político, mas sim, do meio empresarial.

O texto diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Prestígio

Empresa em sintonia com o consumidor

Sadia é a primeira no *ranking* catarinense de reputação.

Vencendo em quatro dos cinco quesitos avaliados, a Sadia chegou na frente e garantiu o primeiro lugar no *ranking* catarinense de reputação. A pesquisa inédita feita pela revista *Amanhã* e a Troiano Consultoria de Marca, diretamente com os consumidores dos três estados do sul, foi respondida por mais de seis mil pessoas, entre julho e outubro de 2007. 'As grandes campeãs - Sadia, em Santa Catarina, Tramontina, no Rio Grande do Sul, e o Boticário, no Paraná - são companhias que mantêm laços muito fortes com a população, o que refletiu no prestígio revelado pelo levantamento', disse Jaime Troiano, diretor da consultoria, à revista *Amanhã*.

Os atributos avaliados foram qualidade dos produtos e serviços, admiração e confiança que a empresa inspira, responsabilidade social e ambiental, capacidade de inovação e histórico e evolução da empresa ao longo do tempo. A Sadia, que hoje tem 52 mil funcionários, teve uma vitória apertadíssima sobre a vice-líder Tigre. A vitória da companhia de alimentos se consolidou com a vantagem sobre a Tigre nos atributos responsabilidade social e ambiental e histórico e evolução.

'O sucesso e a reputação de uma empresa dependem da imagem que ela constrói junto aos mais variados públicos. Diversas áreas da companhia trabalham não apenas para preservar a reputação construída ao longo dos anos, como também para torná-la cada vez mais sólida', afirma Fernanda Oruê, gerente de *marketing* da Sadia. 'A verdade é que a Sadia conseguiu criar e consolidar uma imagem de que o produto dela é melhor', analisa Lígia Fascioni, consultora em gestão de identidade corporativa e de *design*.

Segunda colocada no *ranking* de reputação em Santa Catarina, a Tigre teve seu melhor desempenho no quesito inovação. O que não chega a ser surpresa. 'Só no Brasil, lançamos 300 novos itens no ano passado', justifica Osvaldo Coni, diretor de *marketing* da Tigre, em entrevista à revista *Amanhã*.

No atributo responsabilidade social e ambiental, a maior pontuação foi da Hering, primeira empresa a aderir à campanha 'O Câncer de Mama no Alvo da Moda', realizada desde 1995 pelo Instituto Brasileiro de Controle do Câncer.

De lá para cá, a têxtil catarinense já comercializou mais de cinco milhões de camisetas com a logomarca da campanha. A receita das vendas foi destinada para o tratamento de mais de 800 mil mulheres. Amélia Malheiros, gerente de comunicação corporativa da indústria têxtil, acredita que a pontuação se deve ao 'conjunto da obra'.

As melhores empresas, pelo índice de prestígio da marca corporativa - IPCM -, são: Sadia - 57,5; Tigre - 55,2; Perdigão - 54,7; WEG - 48,0; Bunge - 44,2; Hering - 41,8; Portobello - 36,6; Marisol - 35,2; Seara - 34,3; Karsten - 33,1.

A pontuação final expressa uma média da posição da empresa nos diferentes quesitos, de acordo com a importância relativa de cada um deles. Ela obteria cem pontos, se todas as pessoas entrevistadas a apontassem como a primeira colocada em todas as cinco dimensões (qualidade dos produtos e serviços, admiração e confiança, responsabilidade social e ambiental, inovação, e histórico e evolução)."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Elizeu Mattos, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. deputada, srs. deputados, público que nos visita e telespectadores da TVAL, volto a abordar o assunto da semana, o assunto do dia-a-dia dos catarinenses nos últimos dias.

Hoje, o deputado Kennedy Nunes falou que queremos mudar a opinião pública. Pelo contrário, eles é que notaram que o povo não engole tapetão e agora começaram a dizer que não são autores de processo algum, deputado Manoel Mota, de cassação do mandato do governador Luiz Henrique da Silveira.

Ontem, ouvimos o presidente do Partido Progressista, deputado Joares Ponticelli, dizer desta tribuna que não é o PP, que não é o Esperidião Amin, que está querendo cassar e tomar o poder através do tapetão. Disse que isso é um assunto do Tribunal, que foi o Tribunal que criou. Ou melhor, ontem já entendi que daqui a pouco vai ser o sr. Zé dos Anzóis que provocou o processo.

Mas que confusão! Já notaram que o povo não gosta do tapetão e agora começam a jogar a ação para os outros. Mas vão ter de esclarecer isso e deixar claro quem foi o autor desse processo. Vou pedir à assessoria que coloque no painel um vídeo mostrando a primeira parte de um debate que houve na TVCOM, no qual esteve presente o deputado Edson Piriquito.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Mas vamos mais adiante para analisarmos quem é o autor, deputado Silvio Dreveck, líder do PP, para a nossa população saber quem está tentando semear uma confusão na cabeça de todos. Ou melhor, para a população saber, na verdade, que se trata de assumir o poder, custe o que custar.

Nós assistimos que não é mais Esperidião Amin! Vamos ver agora a segunda parte do vídeo.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Estou achando que o sr. Zé dos Anzóis não é mais o autor. Está claro quem é o autor de todo o processo! É o chefe dele, Esperidião Amin, o autor do processo para tomar o poder!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V. exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Antes de mostrar a terceira parte do vídeo, concedo um aparte, primeiro, ao nobre líder Herneus de Nadal, e depois ao nobre líder Manoel Mota, que vejo que também deseja um aparte.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado Elizeu Mattos, recebemos, diariamente, de todos os segmentos da sociedade, manifestações de solidariedade ao governador Luiz Henrique e de repúdio à iniciativa pela cassação do diploma do governador Luiz Henrique e também do vice-governador Leonel Pavan. Quem está perdendo é o estado de Santa Catarina, é o governo, somos todos nós. É uma ação equivocada, e o delegado, de uma forma muito astuta, com muita malícia política, tentou chamar para si a responsabilidade, antevendo os prejuízos que o seu partido e que o seu líder maior, que o orientou a entrar com a ação, irão sofrer por conta de tal iniciativa.

Não há corrupção, deputado, não há nenhum procedimento que a sociedade condene. E a sociedade condena quem quer retirar mandato no tapetão. E por isso mesmo essa contradição visível no próprio programa.

Então, é por isso, deputado, que sabemos que vamos conseguir juridicamente, não com os artifícios que eles sugerem, mas respeitando a democracia e o Poder Judiciário do nosso país, que é sério e íntegro, manter Luiz Henrique governando Santa Catarina, porque foi assim que o eleitor de nosso estado decidiu.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Concedo um aparte ao nobre líder do PMDB, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado Elizeu Mattos e dizer que não podemos deixar dúvidas sobre o que vem acontecendo. Primeiro, iniciou-se um programa no qual o advogado afirma que é dele a ação. E no mesmo programa ele se contradiz, dizendo que é da coligação Salve Santa Catarina. Então, isso demonstra que fizeram uma ação e, sabendo agora do prejuízo para o povo catarinense, estão querendo sair fora e jogar a culpa para cima do advogado. E o advogado, que quis buscar para si a culpa, acabou se complicando no programa.

Penso que está na hora da verdade! A verdade está com quem é descente, ético e responsável, e essa pessoa chama-se Luiz Henrique da Silveira. Por isso, não temos dúvida nenhuma de que vamos inverter esse processo juridicamente, mas não como eles sugerem. E isso, com certeza, v.ex.a. ainda irá argumentar.

Então, é preciso clarear para a sociedade quem quer construir e quem quer tirar mandato no tapetão, porque é isso que eles fazem.

Por isso, o eminente ex-líder Joares Ponticelli disse em Lages: "O meu telefone não tem mais lepra, voltou a tocar hoje como nos tempos em que eu era líder do governo; fui procurado por alguns que já estava até com saudades!" Abandonaram o eleitor porque perderam as eleições, e agora ele está dizendo que o telefone dele tinha lepra. É preciso que a sociedade saiba quem tem projetos para construir o estado e quem quer, no tapetão, chegar ao poder. Esse é o desespero dessa coligação Salve Santa Catarina.

Obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte do nobre deputado Manoel Mota.

Deputado Herneus de Nadal, v.ex.a., no seu aparte à minha fala, disse que temos que ter responsabilidade. E um cidadão, para entrar com uma ação contra um governador que tem uma história de vida que orgulha os catarinenses, que é Luiz Henrique, tem que ter responsabilidade e moralidade. E o cidadão que participou desse programa, representando o seu chefe Esperidião Amin, e que se intitula honrado faltou com responsabilidade. Vamos ver a terceira parte do vídeo.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Deputado Kennedy Nunes, acho que o advogado do seu chefe Esperidião Amin tem que se preocupar com o TSE, porque virá um processo pela afirmação que ele fez no programa da TVCOM, de que vai comprar ministro. Isso é muito sério. Pelo amor de Deus, uma pessoa da área jurídica - e sou economista -, uma pessoa que se diz um grande advogado falar isso num programa de televisão, pôr em xeque os Tribunais...

Acho, deputado José Natal, que não há necessidade de se preocupar, porque é ele que vai ter muito trabalho, sim, de se defender pela insanidade que falou no programa! Isso nos assusta muito, deputados Kennedy Nunes e Silvio Dreveck! Esse cidadão não é responsável o bastante para querer cassar a história de um cidadão que orgulha Santa Catarina.

Então, mostramos o vídeo aqui para que a verdade ficasse clara, para que não tivéssemos a mentira e a confusão. Estão tentando confundir, sim, e não estou fazendo aqui, deputado Edison Andrino, discurso de jurista. Estou falando do lado político da coisa; estou falando aquilo que o povo precisa saber.

Sr. presidente deputado Julio Garcia, há poucos minutos eu estava aqui no plenário com os prefeitos de Capão Alto e de Otacílio Costa e com o presidente da associação dos municípios da região serrana. E adivinhe qual foi a preocupação dos dois prefeitos? O prefeito de Capão Alto me perguntou: "Elizeu, essa coisa de querer tomar o poder a qualquer custo não vai prejudicar a vinda da Eucatex, que o governador estava encaminhando para Lages ou Capão Alto?" Vejam qual foi a preocupação dos prefeitos que estavam aqui! O Altamir José Paes, prefeito de Otacílio Costa, perguntou-me: "Elizeu, como é que ficará a nossa indústria de MDF? Como ficarão todos os acertos que foram feitos, sendo que será a primeira do estado?" V.Exas. já imaginaram a confusão que estão criando por um único motivo: a qualquer custo chegar ao poder?

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Vou conceder mais um pouco do meu tempo a v.ex.a., deputado Herneus de Nadal.

Mas agora quero citar aqui o que me chamou a atenção: o advogado disse - e está aqui no *A Notícia* de hoje - que estão entrando com ação para o Luiz Henrique perder os direitos políticos. Já estão com medo de uma nova eleição! Não querem o homem disputando eleição! Com isso fica claro que é através do tapetão. Eles têm que tirar o Luiz Henrique! O Luiz Henrique não pode ficar! E não venho com discursos aqui, dizendo que queremos uma nova eleição! Se querem escolher os concorrentes. Como é que querem uma nova eleição pura?! Não é por aí!

Mas concedo mais um pouco do meu tempo ao nobre líder, deputado Herneus de Nadal.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado Elizeu Mattos, é só para informar que o deputado José Natal não dormiu à noite com as ameaças feitas. Ele está tranqüilo. Então, temos que ser solidários e dar um remédio para o deputado José Natal. Conforme podem ver na sua face, pela sua expressão, ele está muito preocupado.

Por outro lado, gostaria de assistir novamente àquela fita, no trecho que fala do Judiciário. Eu gostaria de ver novamente. E acho que nem todos viram direito.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Solicito que reproduzam o primeiro, o segundo e o terceiro momento, por favor!

(Procede-se à exibição do vídeo.)

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Concedo, nesses minutos finais, um aparte ao deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Deputado Elizeu Mattos, o que v.ex.a. mostrou, através do vídeo, nessa parte final do seu pronunciamento, foi extremamente grave. A Ordem dos Advogados do Brasil tem que ser científica da parte do pronunciamento do advogado Gley Sagaz.

Eu sou advogado por profissão, mas me sinto chateado e colocado numa vala comum por alguém que demonstrou, no programa, não estar preparado para o exercício da profissão. Farei um requerimento e gostaria de ter a anuência de v.ex.a., para que a OAB tome providências!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0526/2007, de procedência governamental.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0044/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0065/2007, de autoria do deputado Darci de Matos.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0146/2007, de autoria do deputado Gelson Merisio.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0456/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0494/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0516/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0650/2007, de autoria do deputado Décio Góes.

Não há emendas à redação final. Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que será encaminhada ao destinatário a Indicação n. 0014/2008, de autoria do deputado Pedro Uczai e outros deputados, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Videira, Palmitos, Bom Jardim da Serra, Joinville, Major Gercino, Dionísio Cerqueira, Rodeio, Bombinhas, Catanduvas, Gaspar, Campo Alegre, São José, Jardinópolis, Turvo, Anchieta, Indaial, Florianópolis, Caçador, São João do Itaperiú, Sangão, Coronel Martins, Macieira, Campos Novos, Morro Grande, Capivari de Baixo, Cordilheira Alta, São Cristóvão do Sul, Ponte Alta do Norte, Vargem Bonita, Ipuacu, Arabutã, Tangará, Garopaba, Xaxim, São Carlos e Xanxerê, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao delegado de polícia da comarca de Videira, manifestando pesar pelo falecimento do investigador Marcio Debatin Alves.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Silvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e os presidentes das Câmaras de Vereadores de Major Vieira e Três Barras, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Pedro Uczai e outros, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado, solicitando que seja recebida em audiência a diretoria executiva do Sindicato dos Trabalhadores da Educação, lotados na rede pública de ensino de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Pedro Uczai e outros, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado, solicitando que sejam recebidos em audiência os movimentos organizados de mulheres camponesas e trabalhadoras urbanas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Reno Caramori, a ser enviado ao presidente da Cidasc, solicitando informações sobre a cobrança de taxa para obtenção de permissão de trânsito vegetal.

Em discussão.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peça a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir, o autor, deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, ontem recebemos uma correspondência que nos foi encaminhada pelo presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Fraiburgo, na qual nos solicita, mais precisamente à comissão de Agricultura desta Casa, que verifiquemos a realidade que está ocorrendo quanto à cobrança de uma taxa de R\$ 10,00 pela Cidasc, denominada PTV.

Sabemos que essa taxa é autorizada através da Instrução Normativa n. 54, de 04/12/2007, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, expedida pelo ministro da Agricultura, sr. Reinhold Stephanes. Mas o que nos chama atenção é que essa instrução normativa pegou todo mundo de surpresa, e a Resolução n. 01/2008, expedida pela diretoria da Cidasc, simplesmente determina a cobrança aos nossos produtores de maçã, que é bastante confusa, porque essa resolução diz o seguinte, no seu parágrafo primeiro:

(Passa a ler.)

"RESOLVE:

Art. 1 - Fica instituída a cobrança do valor de RS 10,00 (dez reais), como remuneração pela prestação de serviço, para cada Permissão de Trânsito Vegetal - PTV emitida pela CIDASC, através dos técnicos devidamente habilitados da Defesa Sanitária Vegetal.

Art. 2 - Os recursos provenientes das cobranças pela emissão das PTVs, decorrentes da aplicação desta resolução, serão recolhidos diretamente para uma conta-corrente específica da CIDASC e serão destinados regularmente ao custeio e investimentos em ações de programa de Defesa Sanitária Vegetal." [sic]

Bom, mas aqui existe muita dúvida. Então, ontem aprovamos na comissão de Agricultura, pelos srs. deputados que compõem a comissão, e fizemos o encaminhamento, um pedido de informação, que passarei a ler para que fique registrado nos anais desta Casa. E para o qual estamos aguardando uma resposta da Cidasc.

(Passa a ler.)

"O deputado que este subscreve, com amparo no art. 196, do Regimento Interno, solicita, após deliberação do Plenário, que seja encaminhado ao presidente da CIDASC, o seguinte Pedido de Informação:

1. qual embasamento legal para cobrança do valor de R\$ 10,00 (dez reais), como remuneração pela prestação de serviço, para cada PTV (Permissão de Trânsito Vegetal) emitida pela CIDASC?

2. quais plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal são abrangidos pela cobrança da taxa?

3. que espécies de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal são veiculadores de pragas quarentenárias?

4. de que forma é feita a cobrança da taxa para a PTV, se ela incide sobre a carga transportada ou sobre a nota fiscal emitida pelo produtor ou agroindústria?

5. a taxa para a permissão é exigida e cobrada para o transporte municipal, intermunicipal, interestadual e internacional?

6. a taxa também incidirá sobre as cargas de produtos florestais." [sic]

Portanto, ontem, fizemos um encaminhamento para que possamos esclarecer os nossos produtores, principalmente os produtores de maçã que hoje estão preocupados, pois que muitas vezes, lá em Fraiburgo, são os pequenos produtores que abastecem normalmente a nossa região, ou seja, a praça de Fraiburgo, de Videira, de Caçador e assim por diante. E eles carregam um caminhão, muitas vezes com 20 entregas, e saem para abastecer uns 20 clientes. E essa resolução não esclarece se para cada nota fiscal de produtor emitida tem que ser emitido também um boleto de R\$ 10,00. Por isso, esse pedido de informação. Porque cada vez estamos penalizando mais o nosso pequeno produtor.

Eu dizia ontem que estamos atropelando cada vez mais o nosso homem do campo, empurrando-o para a periferia da cidade, morar mal, trabalhar nas fábricas ou informalmente, para poder botar um dinheirinho no bolso. Então, queremos, deputado Dirceu Dresch, v.exa. que participou da reunião de ontem, que seja observada a possibilidade não da cobrança, mas da realidade de cada agricultor.

Eu conversava hoje com um produtor de tomates e ele me dizia que estão vendendo uma caixa de 20 kg por R\$ 4,00. Isso é um absurdo, pois quando vamos ao supermercado comprar tomate longa-vida, o que produzimos na nossa região, temos que pagar R\$ 1,54 o quilo. Então, há uma defasagem cada vez maior para o nosso pequeno produtor.

Por isso, temos que ter uma orientação, porque nem os técnicos da Cidasc têm as informações claras para a cobrança, principalmente na nossa região, que foi onde recebemos essa correspondência, através do Sindicato e da Associação Brasileira de Produtores de Maçã.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Reno Caramori, obrigado pelo aparte de v.exa. Eu gostaria de subscrever também esse pedido de informação, pois isso é fundamental.

Quando se trata de aumentos de taxas e impostos para a sociedade brasileira, com certeza, sempre há uma reação. E precisa estar muito claro quem vai pagar de fato, pois estamos preocupados principalmente com os nossos agricultores familiares, porque isso vai ser descontado de uma forma ou de outra do agricultor ou do consumidor.

Gostaríamos de discutir aqui, na Casa, com as várias bancadas, inclusive com a bancada do DEM, que sempre teve uma grande reação contra os novos impostos em nível nacional, posicionando-se contra mais um pagamento. E principalmente precisamos das informações, porque essa resolução não deixa clara a forma como será efetuado o pagamento. Por isso, é justo esse pedido que discutimos ontem na comissão de Agricultura, para que a sociedade catarinense, principalmente os agricultores, saiba como isso vai funcionar.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Obrigado pelo seu aparte, nobre deputado.

É uma realidade. E acho importante que a legislação seja observada. Mas isso aqui é uma questão em que o ministério da Agricultura autoriza, mas não obriga a cobrança, quer dizer, fica a critério de cada estado. Alguns estados já estão cobrando taxas até menores, mas a grande maioria dos estados produtores de frutos não estão cobrando.

Então, temos que ter claramente esses critérios para ver se este Parlamento também deverá tomar uma atitude. E a Faesc, segundo os jornais de hoje, através do seu presidente José Zeferino Pedroso, já fez um apelo ao secretário da Agricultura, para que reveja a situação dessa cobrança na Cidasc.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Pedro Uczai. Mas o deputado está participando de uma entrevista coletiva; enquanto isso daremos seqüência na ordem de inscrição.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Edson Piriquito, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, senhoras e senhores que se encontram aqui na Assembléia, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, a minha saudação.

É enorme o estrago que está sendo causado a Santa Catarina devido a essa situação instável a que foi arremetido o governo do estado. E o assunto pautado na Assembléia não tem sido outro a não ser o desse caso triste, lamentável, de quem tenta chegar ao comando de um estado, que é referência no nosso país, como o nosso estado catarinense, pela via anormal e não pela via normal, não pelas urnas, mas tenta conquistar o comando dos trabalhos político-administrativos, por meio do Poder Judiciário.

Entendemos que ele existe, que deva atender aos aflitos, àqueles que a ele recorrem na busca dos seus pretensos direitos, mas a forma, o meio, os elementos fáticos e os elementos de direito usados são todos eles compostos de uma grande maldade.

Quem observar a ação que está sendo atentada contra o legítimo governador Luiz Henrique da Silveira haverá de reconhecer, mesmo não tendo qualquer conhecimento jurídico, que é um balaio de gatos, pois se mistura atos de propaganda institucional com atos de propaganda eleitoral e com atos de reportagens dos veículos respeitáveis de imprensa, pertencentes aos meios de comunicação catarinense. E com essa intenção própria de fazer confusão no povo catarinense, conseguiram induzir até aqueles que têm o notável saber jurídico para que ficassem contrários e pedissem a saída do governador do seu, como já falei, legítimo mandato, conquistado nas urnas.

Catarinenses, no primeiro turno foram 1.601.000 votos e no segundo turno com 1.665.000, com o seu voto, com a sua participação, você que é militante, que é participante, que é representante político, que é líder comunitário, que participa ativamente da discussão política com o seu voto, que é um cidadão comum, que acreditou nas propostas do governador Luiz Henrique da Silveira, que acreditou nas propostas da Coligação Todos por Toda Santa Catarina.

Acontece, nobres pares, que inconformados com o resultado, com a condição de ter sido, por duas vezes nas urnas, escolhido o candidato do 15 como o melhor, o mais preparado, o que tinha melhor identificação com o nosso entendimento de vida, agora querem tirá-lo pelo meio mais abrupto, mais abominável, que é através do meio indireto, do meio que retira, que condena, que machuca, que macula, que ofende, que tira a dignidade, que é antidemocrático, que é o meio judiciário.

Infelizmente, vivemos este momento de instabilidade no nosso estado catarinense. Infelizmente, vivemos essa situação. E digo a vocês, povo catarinense, que não houve crime eleitoral. As eleições são todas pautadas e regradas dentro da lei, sob o cuidado, o manto jurídico reto, correto dos Tribunais do Poder Judiciário. E em cada ano de eleição é lançada, é editada uma resolução que determina o que pode e o que não pode ser feito.

Nas eleições de 2006 tivemos a Resolução n. 22.124/2006, sob a responsabilidade do ministro Caputo Bastos, que determinou todo o regramento do que pode e do que não pode ser feito, como eu já disse. E foi elaborada essa resolução com a Lei n. 9.504, de 1997, porque é a lei que determina, que vigia, que diz o que pode e o que não pode ser feito. E esta mesma lei prevê a possibilidade da propaganda institucional, de acordo com o art. 37 da Constituição Federal, que trata de um princípio basilar da administração pública, que é o princípio da publicidade. E ela veda somente no seu art. 73, inciso VI, letra b, que o agente público instituído no poder não pode praticar a propaganda institucional nos três meses que antecede a lei. Friso: somente nos três meses que antecede a eleição.

A eleição foi realizada em 2006, em 1º de outubro. No entanto, seria vedado qualquer ato de propaganda institucional a partir de 1º de julho. O objeto, o mérito, os elementos fáticos que estão sendo investigados pelos Tribunais são propagandas realizadas nos anos de 2004 e de 2005, até abril de 2006. Vejam v.exas. que esse período é anterior ao período da vedação da propaganda institucional.

Dai eles falam com teses, com jurisprudências, de o que se fez antes se pode entender antes do período eleitoral. Enganam-se! Enganam-se! Somente aquilo que for cometido pelo agente público para conseguir a capacitação ilícita do sufrágio é que pode ser capitulado pelo art. 41, 'a', da Lei n. 9.504, e isso não ocorreu. O que houve foi a propaganda desse grande governo que realizou grandes obras e teve como entendimento de divulgar no formato prestando contas.

O governador Luiz Henrique, o governador do estado de Santa Catarina, apenas divulgou como todos os prefeitos fazem nos seus municípios, como todos os governadores fazem nos seus estados e como o nosso líder maior, o maior cargo que existe no Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, faz cotidianamente. E nós todos somos testemunhas disso, porque ao ligarmos os nossos aparelhos de televisão aparece a propaganda do governo federal. Saibam vocês, saiba o povo catarinense que esse é o objeto que está sendo questionado na Justiça, que pede a cassação do governador Luiz Henrique por divulgar o que faz.

Então, quando eles viram que era um governo realizador, um governo que vinha ganhando força, que se fortaleceu, que se consolidou, começaram, desesperados e maldosamente, desde 2004, de caso pensado, a guardar provas e mais provas (entre aspas) para fazer esse conluio, esse balaio de gatos, para apresentar à Justiça. Apresentaram essas mesmas provas aqui em Florianópolis, e na Justiça de primeiro grau perderam a ação. Não conformados, foram ao Ministério Público fazer uma denúncia e este, prontamente, agiu e fez uma investigação judicial em cima dos atos do governador Luiz Henrique. Por conseguinte, acabou arquivando, porque também não viu qualquer ferimento ao regramento legal. Foram ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina e também perderam. Não conformados, compilaram tudo. Fizeram essa grande mistura, e agora estão no Tribunal Superior Eleitoral.

Mas creio que, conhecendo a lei, conhecendo a lisura do Poder Judiciário catarinense e do nosso país, haveremos de inverter essa situação, porque não acreditamos que o ministro possa ser comprado. Não acreditamos nisso, não acreditamos! E não pode ser posto em dúvida o Poder Judiciário! Foi um ato lamentável, e creio que haverá de ser representado não somente no Poder Judiciário, para provar o que diz, como também na OAB, para ver se tem o direito de continuar como representante daquela classe.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, que representa o oeste e os trabalhadores do estado de Santa Catarina, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, sr. presidente. De fato representamos o oeste de Santa Catarina e todo o estado, onde atuamos em todas as regiões, defendendo aqui, com muita honra, a nossa grande agricultura familiar, as micro e pequenas empresas, o serviço público e os trabalhadores de Santa Catarina.

Quero tratar justamente, sr. presidente, da questão da agricultura, mas quero também, em nome da bancada do nosso partido, dizer que ficamos bastante apreensivos com a situação política do nosso governador e queremos dizer, em primeiro lugar, que achamos normal quando um cidadão, um partido, uma pessoa busca sua defesa na Justiça. E o PT sempre sofreu e tem sofrido muito com isso. Sofremos muito com o nosso prefeito José Fritsch, em Chapecó, pois quase perdemos o mandato, deputado Peninha. Foi por pouco que não perdemos o mandato do deputado Fritsch, mas perdemos o mandato do deputado Décio Góes, que foi um fato lamentável. Eu mesmo estou respondendo processo na Justiça. Mas é uma questão normal para nós quando alguém entra na Justiça por estar se sentindo lesado.

Em segundo lugar, quero dizer que isso nos preocupa muito, porque parece que estão trabalhando dentro de uma perspectiva, já quase no terceiro turno, e não foi feito nenhum julgamento acerca do processo do governador, e as coisas ainda estão tramitando no Judiciário.

Entendo que isso não é bom para Santa Catarina. Não é bom para o nosso estado já começar uma possível próxima eleição com essa disputa. Nós, por exemplo, ontem, na coletiva, fomos questionados pela imprensa se o PT iria participar dessa nova eleição. Não é isso que está em discussão para nós. Vamos terminar esse fato que está aí e estamos torcendo, já falei isso aqui na tribuna durante esta semana, para que seja solucionado o mais rápido possível, para Santa Catarina e a população não perderem.

Estamos tratando, nesta Casa, de um fato importante, que é a criação do Fundo Estadual de Previdência e por isso os nossos funcionários públicos do Sinesp estão aqui presentes. Inclusive, sr. presidente e srs. deputados, se este projeto continuar, ele terá, na nossa avaliação, que ser retirado. Não dá para votar um projeto dessa envergadura, dessa importância, nessa situação em que está a Casa, porque a Casa tem que responder à sociedade catarinense pelos grandes temas que estão aí. Há a questão da Previdência, há a questão da Segurança Pública, da nossa agricultura familiar, e esta Casa precisa continuar sua atividade política normal.

Então, gostaríamos de chamar a atenção dos srs. deputados para esse processo de debate sobre a conjuntura de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado, eu queria retomar um pouquinho o debate anterior sobre o Besc. Estamos comemorando uma solução definitiva sobre essa questão, mas, com todo respeito ao deputado Professor Grando, que discorda da minha posição, já tive a oportunidade, anteriormente, de explanar nesta Casa que a vontade do presidente Lula de manter o Besc dos catarinenses era tão grande que se tivesse proposto 600 anos para pagar a dívida do Besc ele teria aceitado, e o Banco do Estado de Santa Catarina seria mantido.

Por isso, entendo que todo o movimento de ida do secretário Ivo a Brasília era no sentido de ter aqueles recursos rapidamente nos caixas do estado. Mas poderíamos ter tido um desfecho diferente, embora tenhamos que comemorar também.

Mas também quero saudar o companheiro deputado pelo depoimento, que aborda vários assuntos de interesse do povo catarinense.

Obrigado!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputado, por trazer esse importante assunto em pauta no dia de hoje, pois com certeza é uma grande comemoração para o povo catarinense o fato de o Besc continuar público. E deixou-nos feliz também saber que o compromisso de palanque do presidente Lula em duas campanhas eleitorais de manter este banco tão importante para Santa Catarina foi realmente cumprido.

Estive, na última sexta-feira, em Concórdia, juntamente com quatro deputados federais e dois deputados estaduais, o deputado Reno Caramori e o deputado Moacir Sopelsa, discutindo a questão da suinocultura. E li hoje, no *Diário Catarinense*, segundo o engenheiro agrônomo da Epagri, Carlos Gandin, que faz estudos na Epagri, que as cadeias produtivas e seus arranjos agropecuários locais geram anualmente mais de 40% do Produto Interno Bruto - PIB - e empregam quase 40% da força de trabalho em Santa Catarina, produzindo mais de 60% do que

o estado exporta. Esses dados são importantes, são grandiosos. E quero, dentro disso, deputado Décio Góes, entrar numa questão de fundo que já denunciamos no meio dos agricultores catarinenses e entidades, que é o problema do modelo de desenvolvimento do nosso estado.

Na sexta-feira pela manhã, a CCS reuniu os deputados federais e estaduais em Concórdia justamente para discutir essa questão que já discutimos durante longos e longos anos, que é esse problema do modelo de desenvolvimento que o estado adota.

Na sexta-feira à tarde fui chamado também para participar de uma reunião em Concórdia, para discutir a questão do leite. Algumas empresas, deputado Manoel Mota, estão entrando no estado com um autoprocesso de verticalização da produção leiteira e de um autoprocesso de concentração da integração. Portanto, oferecendo uma integração de que o agricultor produza por dia mil litros de leite. E o que não queremos é que aconteça o que aconteceu com a nossa suinocultura, ou seja, uma concentração extraordinária de mil a dois mil suínos por propriedade. Isso não tem sustentabilidade! E essas empresas estão forçando para irmos para o mesmo caminho na produção de leite. E é com isso que as entidades representativas, os próprios agricultores, estão muito preocupadas.

Se hoje temos no sul em torno de 400 mil famílias que têm no leite uma atividade importante de renda, dentro dessa estratégia de mil litros por dia por produtor, seriam suficientes no país, para suprir hoje a demanda que há no consumo brasileiro, de 9.500 a 10 mil produtores. Então, só no sul são 400 mil e no Brasil são 1.300.000 famílias que hoje têm o leite como sua atividade importante.

Portanto, é uma história de desenvolvimento que o nosso estado precisa construir e não de exclusão dos nossos agricultores de concentrar a produção. Enquanto temos hoje no estado uma média de 50, 60 litros por dia por agricultor, temos no Brasil mil litros por dia por agricultor. Aí depois teremos grandes problemas ambientais, que o nosso estado já está apresentando, como também o nosso país.

Então, queremos discutir aqui uma perspectiva de desenvolvimento que inclua a nossa agricultura familiar. O que aconteceu com a suinocultura não é bom para o estado de Santa Catarina. É uma atividade importante. O estado tem um potencial extraordinário? Tem. Quanto à produção leiteira, temos como crescer o número de famílias? Temos. Temos que melhorar a qualidade? Temos. E as entidades representativas, como a Ascope, Associação das Pequenas Cooperativas, que reuniu, no sábado, seus associados, nos municípios, estão construindo uma nova perspectiva de desenvolvimento. É isso que estamos precisando. Precisamos pensar no futuro, precisamos pensar um projeto de inclusão e não de concentração.

Queremos chamar a atenção inclusive das nossas cooperativas, para pensarmos uma estratégia de desenvolvimento que inclua milhares e milhares de famílias de agricultores familiares no processo produtivo, seja nas carnes, seja...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, visitantes que nos prestigiam na manhã de hoje, telespectadores da TVAL e da Rádio Aleesc Digital, quero aqui, neste instante, dividir o meu pronunciamento em duas partes.

Primeiramente, quero dizer que neste final de semana, no extremo sul de Santa Catarina, ocorreu o 18º Quilômetro de Arrancada, o maior evento não do país, mas o maior evento do mundo, com 150 mil pessoas na categoria do transporte de cargas. Foi uma estrutura e uma organização que deixaram arpepiadas as empresas que ajudaram a patrocinar o evento, como a Petrobras do Brasil e a Ford. Elas inclusive já assumiram permanentemente o apoio, o patrocínio, a esse evento do Quilômetro de Arrancada. E trarei, srs. deputados, novamente essa matéria a esta Casa, na semana que vem, para mostrar a toda sociedade o que significa esse evento. E em nome do deputado Elizeu Matos, quero dizer que neste final de semana, na região serrana, acontecerá também um arrancadão de caminhões, e com certeza estaremos prestigiando.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Deputados Manoel Mota e Elizeu Mattos, quero parabenizá-los por esse grande evento que ocorreu em Araranguá e que ocorrerá neste final de semana em Lages. Eu apenas gostaria de dar uma sugestão a v.exa., deputado Manoel Mota, que com certeza levará para a sua região: para que esse evento se torne mais sustentável e compatível a todos, pois essas corridas, essas arrancadas emitem muito dióxido de carbono. Então, sugiro ao nobre colega que sejam plantadas árvores. Nós temos inclusive uma lei, de minha autoria, para neutralizar, em todos os eventos, a emissão de dióxido de carbono plantando árvores.

Eu tenho certeza de que no ano que vem, na próxima arrancada, Araranguá vai dar o exemplo plantando árvores, bem como Lages. E aí, sim, ficará uma coisa sustentável, bonita, pois esse é o nosso dever. E essa é a sugestão que dou para o próximo evento.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Obrigado, deputado Professor Grandó.

Com certeza o meu caminhão não quebrará na próxima arrancada, por que prepararei dois e não apenas um.

Agora, nesse segundo momento, quero falar um pouquinho no homem, no cidadão honrado, que aproximadamente há 40 anos se candidatou, pela primeira vez, a deputado estadual em Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira.

Naquele mandato como deputado estadual foi líder da bancada nesta Casa, depois voou mais alto, já era o sentimento da população que ele subisse, então se candidatou a deputado federal. E assim foi deputado federal, durante quatro mandatos, por Santa Catarina no Congresso Nacional. Nesses quatro mandatos foi líder na Câmara dos Deputados e presidente do partido nacional.

Estou colocando aqui a história, o passado dessa pessoa honrada e por onde passou. Depois foi prefeito de Joinville e por onde passou deixou a marca do trabalho, da responsabilidade e da ética. Isso está em primeiro lugar na sua vida política. Como prefeito de Joinville realizou um trabalho que o credenciou a voltar a ser prefeito daquele município. Voltou a ser prefeito! E pela terceira vez prefeito de Joinville fez um excelente trabalho, tanto que hoje Joinville é considerada a maior cidade do estado de Santa Catarina. Deu condições para viabilizar a ida de muitas indústrias, de muitas empresas para lá se instalarem. Isso tudo fruto do seu conhecimento, do seu trabalho, da sua visão, que consegue fazer com que o que esteja administrando fique competitivo, como é o caso do estado de Santa Catarina. Tudo isso aconteceu ao longo de sua jornada.

Então, o meu partido, o PMDB, pediu que ele deixasse a prefeitura de Joinville, que renunciasse para ser candidato ao governo do estado e enfrentasse, na época, aquilo que se dizia ser um mito, que era só nomear. Ele renunciou, quis, como cidadão comum, disputar as eleições. Não ganhou no primeiro turno, passou para o segundo, e neste foi vitorioso. Ganhou a eleição e implantou um governo novo, moderno, o governo da descentralização, onde o povo participa efetivamente, de ponta a ponta, neste estado. E hoje Santa Catarina é um estado que não discrimina. Todos os prefeitos de Santa Catarina, de todos os partidos, têm uma participação efetiva no governo através dos convênios.

Esse é o trabalho de um homem que tem visão, que foi discriminado, mas que entrou no governo para não discriminar. E assim foi para a reeleição. Ele havia decidido disputar a eleição como um cidadão comum; por isso, renunciou ao seu mandato e disputou as eleições como cidadão comum, vencendo no primeiro e no segundo turnos. Reeleito, pela primeira vez na história, com um governo consecutivo de dois mandatos.

Então, a coligação Salve Santa Catarina, que de salve não tem nada, o que fez? Entrou com um processo para a cassação do diploma de Luiz Henrique, mas foi derrotada aqui, no Tribunal Eleitoral Regional, que conhece a história desse homem honrado.

Eles recorreram. Mas agora é outro processo, confuso, pegaram coisa aqui e acolá, matérias de todos os lados. E aí o cidadão que foi vice ainda há pouco, assumiu para ele o compromisso, depois disse que não era dele, que era da coligação. E depois disse no terceiro quadro da entrevista: "Vamos exibir e, se não for possível, compra", colocando dúvida na reputação de um homem honrado, de um ministro daquele Tribunal.

Então, é uma pessoa despreparada, que busca no tapetão o seu mandato, mas o povo catarinense, a justiça daqui da terra e a divina...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Peço ao deputado Dagomar Carneiro, um dos secretários da Mesa da Assembléia Legislativa, que assuma a Presidência, pois sou o próximo orador inscrito dentro do horário destinado à Explicação Pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o eminente deputado e grande representante do Vale Itajaí-Mirim, do Alto Vale, Rogério Mendonça, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Saúdo inicialmente o presidente desta sessão, deputado Dagomar Carneiro. E com muito orgulho falo desta tribuna no momento em que v.exa. preside os trabalhos desta Casa, pois o conheço muito bem, sei de seu trabalho político como vice-prefeito e sem dúvida haverá de ser candidato a prefeito de Brusque, o berço da fiação catarinense. E Deus queira que seja eleito. Quero também saudar os demais deputados presentes, todos os amigos que nos estão assistindo pela TVAL e também os ilustres visitantes que estão conosco hoje, presidente Dagomar Carneiro, lá de Blumenau, como o sr. Dejair Ribeiro Luz, presidente da associação dos moradores do Horto Florestal. Inclusive, estive lá acompanhando o trabalho do Dejair, sei de sua liderança e o que ele faz altruisticamente em prol das associações e para a comunidade de Blumenau de modo geral. O Dejair está acompanhado do sr. Ari Ribeiro Luz, do Hélio Corrêa dos Santos e do Célio Gonçalves, moradores da comunidade e que também fazem parte da associação.

O Dejair e os demais membros da associação estão aqui visitando a Assembléia e conhecendo o trabalho da Casa do Povo catarinense. Eles vieram reivindicar para a sua comunidade. Inclusive, o Dejair relatou o que foi feito pelo governo do estado, em Blumenau, as obras realizadas no município, em prol da comunidade, pela secretaria de Desenvolvimento Regional, que tem como secretário o Paulo França.

Tenho o hábito, meu amigo Dejair, de toda quinta-feira vir a esta tribuna fazer referência ao meu trabalho do final da semana, pois muitas vezes as pessoas que não conhecem detalhadamente o trabalho de um deputado imaginam que o nosso trabalho é só aqui em plenário. Inclusive, justifico que não estamos aqui com muitos deputados, é verdade, mas muitos estão em seus gabinetes, acompanhando os trabalhos pela TVAL, e outros já foram para suas bases, mas sem dúvida nenhuma desenvolvem o trabalho em defesa da sociedade catarinense.

Faço essa referência toda quinta-feira, porque existe um equívoco muito grande com relação ao trabalho dos deputados. Tenho dito que muitas vezes a intensidade das nossas ações como parlamentar é muito maior nos fins de semana, até com o sacrifício das nossas famílias. Quantas e quantas vezes a minha esposa e os meus filhos perguntam se no final de semana estaremos juntos, se almoçaremos juntos. E digo que não vai dar, porque tenho um compromisso, um evento, em outro lugar.

Nobres colegas, a minha programação nesse final de semana é a seguinte: hoje, às 16h, estarei representando o presidente da Assembléia, deputado Julio Garcia, na assinatura do convênio para o Banco do Brasil prestar seus serviços aqui, na Casa Legislativa; às 20h estarei no aniversário do Sr. Adélcio Machado, presidente do Conselho Estadual de Educação e também funcionário do gabinete da liderança do PMDB; às 23h estarei pegando um avião no aeroporto Hercílio Luz, em direção ao oeste de Santa Catarina, Chapecó, indo pernoitar em Dionísio Cerqueira, no extremo oeste do estado, na divisa do Paraná com a Argentina, onde tive a felicidade de ser o deputado mais votado por duas vezes seguidas. No extremo oeste, fui o deputado mais votado, e não foi em vão, não, porque freqüentemente estou lá e atendo aquela comunidade. Por isso, recebi esses votos, com muito orgulho.

Na sexta-feira estarei na região do extremo oeste, visitando os municípios de Guarujá do Sul, Guaraciaba e São José dos Cedros. No sábado, às 9h, estarei no município de Princesa, visitando as lideranças, as autoridades, fazendo reuniões com o meu partido, o PMDB. Ao meio-dia estarei em Palma Sola, em reuniões, onde o governador Luiz Henrique também estará. Juntos, estaremos participando de um dos maiores eventos agrícolas de Santa Catarina, o Show Agrícola. Estarei, portanto, visitando, conversando com os agricultores e ouvindo as reivindicações daquela comunidade. Às 18h, estarei em Dionísio Cerqueira. E aí, sim, estarei com o governador Luiz Henrique, participando da inauguração do novo terminal rodoviário daquela cidade.

No domingo estarei retornando por Florianópolis, mas antes de retornar irei visitar lideranças em São Miguel d'Oeste, passarei em Caçador e tenho também compromisso em Curitiba. Isso durante o dia de domingo.

Na segunda-feira, às 9h30min, deputado Elizeu Mattos, teremos a reunião do diretório estadual do PMDB, em Florianópolis. Estarei na Capital durante o dia, e à noite estarei comemorando junto com todos os deputados, tenho certeza, o aniversário de 68 anos do governador Luiz Henrique. É um orgulho para nós, deputado Manoel Mota, festejar o aniversário deste grande líder político, o governador Luiz Henrique da Silveira.

Neste instante, quero fazer referência ao que me falaram sobre as obras de Blumenau, eis que o tempo está passando e acabo não citando. Srs. deputados, na saúde foram investidos mais de R\$ 30 milhões naquele município. Só no hospital Santo Antônio foram investidos R\$ 13,5 milhões em convênios e R\$ 12,3 milhões em incentivo hospitalar. No hospital Santa Isabel, R\$ 1,320 milhão em convênios e R\$ 2,5 milhões em incentivo hospitalar. No hospital Misericórdia, R\$ 255 mil em convênios e R\$ 123 mil em incentivo hospitalar. Na nossa policlínica também, em Blumenau, o governo do estado está investindo R\$ 870 mil no aparelhamento, sem contar com o SAMU da região, um convênio com o governo federal, estadual e municipal, que está atendendo toda aquela região. No ano de 2006 foram mais de 20 mil atendimentos; em 2007 foram mais de 23 mil atendimentos, com saída de ambulância, com mais de 60 mil ligações recebidas.

Na educação, deputado Dagomar Carneiro, em Blumenau, foram investidos, durante o governo Luiz Henrique da Silveira, mais de R\$ 27 milhões, sendo feitos investimentos nas diversas escolas. Só em obras, em escolas, foram investidos mais de R\$ 6 milhões. Foram investidos recursos na Escola de Educação Básica Pedro II - estudei nesse colégio -, na ordem de R\$ 1,6 milhão. Na escola João Durval Müller foram aplicados mais de R\$ 300 mil. Assim como também foram aplicados recursos nas escolas Hercílio Deeke, Bruno Hoetgebaum, Heriberto J. Muller, Lothar Kriek, Victor Hering, João Widemann, Max Tavares D'Amaral, Emilio Baugartem, Cel. Pedro C. Feddersen, Erwin Radke, Jonas R. C. Neves, Carlos Techentin, Hermann Hamann, Chritoph Augenstein, Arno Zadrozny, Izolete E. G. Muller e tantas e tantas outras escolas.

Portanto, o governo do estado tem sido um grande apoiador para Blumenau como nunca aconteceu na história de Santa Catarina. E temos orgulho do nosso governador, porque ele não está investindo só na Capital nem só em Joinville, de onde ele veio, mas em todos os municípios: Blumenau, Ituporanga, Lages, São Miguel d'Oeste, Dionísio Cerqueira e tantos outros municípios de Santa Catarina. Por isso o meu orgulho e...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Elizeu Mattos, representante da região serrana de Santa Catarina, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Gostaria de, aproveitando a TVAL e a Rádio Alesc Digital, convidar todos os filiados do Partido dos Trabalhadores para que haja um representante de cada município catarinense na nossa conferência eleitoral, que será realizada no próximo final de semana, sábado ou domingo, aqui, na Assembléia Legislativa. Quero fazer aqui esse convite aos petistas de todo o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Agora, sim, com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, falarei no máximo três ou quatro minutinhos. Gostaria apenas de registrar, como já o fez o deputado Manoel Mota, o Arrancadão de Caminhões que aconteceu em Araranguá, que é tradicional e reúne muita gente. E que nós também, na serra catarinense, temos o nosso Arrancadão, sr. presidente, o Arrancadão de Caminhões, que de amanhã até domingo reunirá muita gente, pessoas ligadas ao transporte e que também tem iniciativa não do governo nem do município, mas de cidadãos, empresários da cidade de Lages, como o Kiko, que é o presidente da Associação do Arrancadão Serrano de Caminhões, com o apoio do governo Luiz Henrique da Silveira e deste deputado.

Portanto, aproveito esta sessão, a última da semana, para convidar todos os deputados e aqueles que nos assistem pela TVAL, porque todos os caminhos levam à serra catarinense, para o nosso Arrancadão Serrano de Caminhões, que inicia amanhã e irá até domingo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos assistem através da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, com muita satisfação, quero registrar a presença, nesta Casa, do Toni Francisco Souza Da Silva, presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, do nosso amigo Toni Corrêa, do jornal *Diário do Contestado*, e do quarto suplente de vereador do PSDB da cidade de Lages - que com grata satisfação conheci na tarde de ontem -, o nosso amigo Luiz Henrique, que, com certeza, tem muito a contribuir com aquela cidade.

Srs. deputados, é pena que o deputado Kennedy Nunes não esteja no plenário neste momento, pois quero fazer algumas colocações. Primeiro, gostaria de dizer ao nobre deputado que eu não estou desesperado. As denúncias que eu trouxe a esta Casa na tarde de ontem a respeito do advogado Gley Sagaz, que para mim, a partir deste momento, passa a ser um filhote do Bin Laden, eu não inventei. Eu fui procurado por funcionários da Celesc, que me passaram documentos a respeito do cidadão advogado do PP, sr. Gley Sagaz, um discípulo de Bin Laden. E quero dizer ao nobre deputado Kennedy Nunes que a verdade realmente dói, e dói bastante, para quem falta com a verdade quando é contestado.

Eu disse que o discípulo de Bin Laden, o advogado Gley Sagaz, não tinha moral nenhuma para fazer uma denúncia contra o governador Luiz Henrique da Silveira - e nesse contexto está o vice-governador Leonel Pavan -, que ele foi um cidadão que usufruiu de benefícios, de recursos públicos, sem ter, na sua totalidade, exercido, para ter o direito aquilo que recorreu, horas extras trabalhadas ininterruptamente. Ele foi desmascarado através de uma ação judicial, que provou que ele recebeu diárias durante o expediente e que houve descanso por parte dele, sim. E também disse que ele, antes de entrar na Celesc como funcionário, *a posteriori*, queria também se beneficiar do serviço público, agregando as suas funções de advogado, exercidas antes de ser funcionário, na sua carreira profissional. E vai por aí afora.

Então, o advogado Gley Sagaz, o discípulo de Bin Laden, não é o homem para estar fazendo as acusações que fez contra Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan.

Quero dizer-lhe que, com certeza, eu, como funcionário público de carreira municipal, tenho vergonha de ter na carreira uma pessoa querendo receber sem ter exercido as suas funções, como ele tentou receber. Isso é uma vergonha!

Hoje, a maioria do funcionalismo público, em todos os níveis, encontra-se num teto salarial que deixa muito a desejar, como a maioria que contribui e trabalha, porque esses, que no passado agregaram tudo aquilo que receberam, e não trabalharam, acham-se os donos da verdade.

Volto a reiterar que ele, efetivamente, não prestou as horas que disse ter cumprido. Por isso, o Sindicato dos Eletricitários não se conformou e pronunciou-se. Acho que o mais bonito seria ele devolver o dinheiro que recebeu indevidamente.

Ele disse, na coluna da jornalista Ana Mimoso, de hoje, que irá processar este suplente de deputado. Mas este suplente de deputado, sr. discípulo do Bin Laden, possui uma história política de cinco mandatos de vereador e de um funcionário cumpridor dos seus deveres! E coloco a minha ficha funcional, uma vez que sou funcionário de carreira no município de São José, à disposição!

A condição de suplente não me impede de vir a esta tribuna dizer que ele e tantos outros não agiram com lisura. Para estar aqui na condição de suplente, tive o crivo de 22.422 eleitores do estado de Santa Catarina, principalmente da região da Grande Florianópolis! E com um detalhe: não financiado por ninguém!

Quem estiver assistindo, ou irá assistir, à TVAL, irá comprovar o que eu disse nas ruas dos municípios por onde estive: "Eu vou ganhar essa eleição na perna, trabalhando com os meus amigos"! E assim eu fiz: pedi votos a eleitor por eleitor. E também muitos amigos, em meu nome, pediram voto para que eu ganhasse a eleição. Então, essa condição de suplente me dá, com certeza absoluta, toda dignidade para vir aqui denunciá-lo, assim como tantos outros.

Portanto, quem está no desespero é com certeza absoluta o representante do PP, que tem uma ficha realmente não muito boa. Eu não fui processado criminalmente em nenhum momento da minha vida, enquanto ele já foi processado. E esse é um assunto que devemos tratar mais tarde. Mas pode me representar na Justiça que, com certeza absoluta, lá estarei para responder à altura e, perante os Tribunais, mostrar o cidadão que é o sr. Gley Sagaz, discípulo de Bin Laden. Não vão me amedrontar, de jeito nenhum! A defesa que fiz, e continuarei fazendo, foi de um homem que tem postura, retidão e uma história em Santa Catarina. Esse homem, que se chama Luiz Henrique da Silveira, eu aprendi a conhecer há menos de quatro anos. E por isso tive a convicção, como a maioria dos eleitores que o reconduziram ao poder, de que era o melhor para o estado de Santa Catarina, diferente desse cidadão que tem uma vida pregressa como se está vendo aí e que vem querendo falar da vida do governador e do vice-Leonel Pavan e tirá-los realmente do poder.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não! Ouço o meu líder da bancada, deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Deputado José Natal, já expressei há pouco o quanto me senti agredido quando o "advogado Gley Sagaz" (entre aspas) tentou dissimular, no programa *Conversas Cruzadas* da RBS, que o deputado Edson Piriquito iria a Brasília para comprar ministro.

Mas queremos aqui externar, na condição de líder de bancada do PSDB, a nossa solidariedade a v.exa. E li nos jornais do dia de hoje que esse senhor o qualifica como suplente, mas com certeza ele não o está agredindo e sim o eleitor catarinense, aquele eleitor simples que compareceu às urnas no dia 1º de outubro de 2006 e depositou a confiança para que v.exa. estivesse hoje aqui o representando.

Mais uma vez, decepciona-me essa pessoa que, quando vai para os jornais, qualifica-o dessa forma. Mas nós, da Bancada do PSDB, estamos solidários a v.exa.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Muito obrigado, meu líder.

Quero dizer que já encontrei muitas dificuldades na minha vida e que não será essa que, com certeza absoluta, irá tirar o meu ânimo de continuar fazendo política em favor de Santa Catarina hoje, como deputado estadual, em favor das pessoas e de Luiz Henrique da Silveira, um homem que aprendi a admirar!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar o líder do PSDB, deputado Marcos Vieira, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, lá no início da década de 60 instalava-se em Santa Catarina um governo inovador e empreendedor, um governo que pensava grande e longe, que pensava em fazer de Santa Catarina um estado de qualidade e potencialmente muito grande em relação a outros estados da federação.

Eu falo do saudoso governo de Celso Ramos que, entre outras obras que deixou marca em Santa Catarina, criou o Banco do Estado de Santa Catarina. Foi ele, sim, Celso Ramos, que, com a sua visão de grande estadista, fez crescer por Santa Catarina a semente do desenvolvimento. E o Banco do Estado, desde a sua criação, prestou, e continua prestando, relevantes serviços a todos nós, catarinenses. E foi na tarde de ontem que o nosso Besc, o banco de todos os catarinenses, deixou de fazer parte da lista de empresas estatais em processo de privatização no país. Foi assinado ontem o decreto que retirou o Banco catarinense do Plano Nacional de Desestatização.

Srs. deputados, foi entre os anos de 1998, 2002 e 2003 que o Besc quase teve decretada a sua falência, pelo mau uso da instituição. E o Besc, então, foi federalizado e passou para o controle da União Federal. E aí a dívida externa de Santa Catarina cresceu, e cresceu muito, pelo mau uso das administrações do banco. E foi a partir de 2003 que se começou a grande cruzada catarinense para a manutenção do Besc como instituição pública. A sociedade civil organizada e os funcionários trabalharam muito para que a instituição pudesse continuar um banco público. Devemos também incluir na lista de todos aqueles que colaboraram para que o banco fosse mantido público o governo do estado de Santa Catarina - e aí na pessoa do governador Luiz Henrique da Silveira.

Há que se esclarecer que a instituição passou para o domínio da União Federal, mas as contas do governo do estado, as contas-movimento, a conta-salário, as contas-pagamento, continuaram de propriedade do governo do estado. E foi a partir do debate da licitação das contas que pertenciam ao governo do estado para outras instituições que o debate sobre a manutenção Besc público aumentou em Santa Catarina. E foi com o envolvimento de todos os partidos políticos, de toda a sociedade catarinense, no sentido de fazer com que tivéssemos outra solução que não fosse a da privatização, que se chegou à conclusão de que seria possível o Banco do Brasil se unir ao Besc em Santa Catarina e fazer com que o nosso banco continuasse público.

Então, sr. presidente e srs. deputados, nós, catarinenses, estamos de parabéns, pois o Banco do Estado de Santa Catarina saiu, finalmente, do Plano Nacional de Desestatização e passa a fazer parte agora do Banco do Brasil. O Besc é a única instituição bancária estadual do país, entre outras empresas, que recebe o tratamento privilegiado de não ser privatizada e ser incorporada a uma das instituições de maior credibilidade do país.

É um marco para Santa Catarina o fortalecimento de uma instituição importante como o Besc, Banco este que agora começa a operar com a bandeira do Banco do Brasil. Esse é um fato de relevância econômica incalculável para todos nós, catarinenses. O Besc é público, é de Santa Catarina! Sua presença no estado é instrumento de investimento em prol do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida de todos nós. Inclusive, para os pequenos municípios ter um banco significa a garantia de circulação dos recursos no próprio município e de movimentação de todos os setores da economia, além de acesso a serviços sem que as pessoas tenham que se deslocar a outros municípios para receber salário, ou provento, pagar conta ou realizar serviço bancário.

O Banco do Estado de Santa Catarina propicia a todos os catarinenses essa condição, pois é um banco que possibilita investimento no próprio município. E que banco se interessaria por estar presente em todos os municípios catarinenses, se em muitos deles a simples presença significa ter prejuízo? Os grandes bancos privados estão nas cidades onde o volume de recurso é maior e têm atendimento voltado a um público seletivo. Não há banco nacional em todos os municípios de Santa Catarina. O único, portanto, é o nosso Besc, o Banco do Estado de Santa Catarina.

E ter um banco público na praça, como é o Besc, é a garantia de investimento aos micro e pequenos agricultores, aos empresários, às pessoas físicas e jurídicas indistintamente, além do atendimento aos demais usuários. Só um banco público atende a todos e tem a função social de investir no desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural.

Por isso, a manutenção do Besc público é tão importante para Santa Catarina. Agora podemos comemorar e agradecer a todos envolvidos no processo. Parabéns a todos os empregados do Besc pela luta constante, incessante e incansável pela manutenção desse banco na condição de instituição pública. Também parabéns a toda a sociedade catarinense envolvida, o governo do estado, o governo federal, este Parlamento e todos os partidos políticos que se envolveram para que houvesse, agora por último, a aprovação da incorporação do Besc pelo Banco do Brasil. Parabéns, Santa Catarina! Parabéns, Banco do Estado! Parabéns, Banco do Brasil!

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Uczai, representante da região de Chapecó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente deputado Dagomar Carneiro e srs. deputados, quero dizer que como deputado do Partido dos Trabalhadores, deputado do partido do presidente Lula, fico feliz aqui porque o Lula consegue agradar até o PSDB. Até o PSDB está feliz com as decisões tomadas em relação ao futuro do nosso Besc, incorporando-o ao Banco do Brasil.

Esse reconhecimento do líder do PSDB aqui na tribuna dá-nos a convicção de que esse caminho que estamos construindo no país, o da não-privatização, do não-desmonte do patrimônio público e do fortalecimento das instituições públicas e estatais, como aquelas de geração de energia, como na área financeira e em outros setores estratégicos - infelizmente, algumas foram privatizadas e é preciso, quem sabe com o tempo, recuperá-las, principalmente a geração da energia pela Eletrosul aqui na região sul -, é uma conquista, sim, ao povo catarinense, deputado Marcos Vieira, pela vontade política de um governo federal.

Esse episódio, esse acontecimento do Besc ser incorporado ao Banco do Brasil é uma conquista, é uma vitória, sim, do povo catarinense, deputado Marcos Vieira. É uma conquista também da vontade política de um governo federal que viabilizou o processo, porque com a retirada do Plano Nacional de Desestatização, em seguida o Banco do Brasil já mostra eficiência, pois, a partir de hoje, às 16h, já começa a funcionar as contas conjuntas, isto é, a possibilidade do cliente do Besc utilizar seu cartão magnético ou eletrônico no Banco do Brasil. Isso é uma demonstração de eficiência.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não! Acredito que o aparte de v.exa. será na mesma direção que foi o seu pronunciamento, ou seja, reconhecendo essa conquista para Santa Catarina.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Não tenha a menor dúvida, eminente deputado Pedro Uczai!

Quero, mais uma vez, ressaltar que quando há convergência, quando há vontade e quando há condições de beneficiar a sociedade, todas as instituições envolvidas, o governo do estado, o governo federal e a sociedade civil organizada saem ganhando.

V.Exa. sempre batalhou para que o Besc continuasse sendo público; portanto, quero parabenizá-lo. Então, estamos todos nós de parabéns: v.exa., os partidos políticos, o governo federal, o governo do estado, mas sobretudo nós, catarinenses, que vamos continuar a ter o Besc público, e agora com o Banco do Brasil que também é uma instituição com mais de um século de existência, prestando relevantes serviços a todos.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não! Quero conceder o aparte ao deputado Dirceu Dresch, porque isso é motivo de muita comemoração, ou seja, o PSDB elogiando as iniciativas do presidente Lula.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Obrigado, deputado Pedro Uczai.

Quero dizer que hoje à tarde o presidente do Besc e o presidente do Banco do Brasil estarão nesta Casa, assinando o trabalho conjunto, a partir de hoje. E com certeza é importante essa comemoração para Santa Catarina, porque foi o primeiro estado na história que buscou alternativas de fato para não haver privatização do banco. Não era a

melhor saída, pois queríamos manter esse banco público do estado de Santa Catarina, mas, com certeza, continuar público é muito importante, deputado Pedro Uczai. Inclusive, v.exa. citava a importância de fortalecer o estado e as políticas públicas, pois se a sociedade brasileira cair em todas as políticas privadas e de interesses de poucos, como vinha falando há pouco, em todo o processo de grandes multinacionais que estão entrando no estado e não discutindo o desenvolvimento local, quem sairá prejudicada será a nossa sociedade.

Então, empresas públicas como o Besc, que estará em todos os municípios, pois o interesse social é fundamental para a sociedade catarinense. Realmente essa é uma grande comemoração!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

É sempre bom trazer para a história as responsabilidades também das razões, da necessidade de incorporar o Besc ao Banco do Brasil, ou seja, as responsabilidades dos governos estaduais que tiveram outros interesses, outros encaminhamentos, assim como o governo federal anterior. Então, é muito importante quando o líder do PSDB aqui reconhece essa conquista neste momento, porque no passado não era essa a posição, no passado a posição era a de federalizar para privatizar, dentro do Plano Nacional de Desestatização, como aconteceu com tantas outras empresas públicas neste país. E agora se está demonstrando na prática que é possível ter eficiência, competência, rentabilidade, quando se faz uma gestão transparente como está sendo feita hoje pelo Besc.

Está aqui o convite da diretoria do Besc e do Banco do Brasil, que chegou aqui às minhas mãos, convidando todos para, hoje à tarde, comparecermos na cerimônia e no coquetel que marcará o início do compartilhamento de caixas eletrônicas entre o Besc e o Banco do Brasil. Será hoje, dia 21 de fevereiro, às 16h, aqui, na própria Assembléia Legislativa. E estão todos convidados para esse momento de conquista, de vitória.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Pedro Uczai, eu sou correntista do Besc desde 1975, faz bastante tempo.

Quero dizer que quando começo essa história, essa ganância financeira de determinados bancos oferecerem vantagens e dinheiro para os municípios e para as Câmaras de vereadores saírem do Banco do Estado de Santa Catarina, lá no meu município, em São José, eu briguei com o meu presidente da Câmara, quando ele foi para a Caixa Econômica Federal por causa de vantagem financeira. Não concordei, fui voto vencido, mas continuei cliente do Besc.

Quando adentrei nesta Casa, diversos bancos me procuraram para abrir uma conta, oferecendo-me 1.500 vantagens. Mas a minha conta é Besc! Da mesma forma agora, esta Casa aqui mudou, se bem que está incorporado, mas a minha conta continuará sendo aquela do Besc.

Quero parabenizar o governo, pois pelo que sei, posso até estar errado, mas foi uma das primeiras vezes que o governo central ouviu Santa Catarina, ouviu a população e deu a ela aquilo que queria. E v.ex.a. estava aqui no passado, quando tantos outros fizeram muitas coisas erradas nesta questão do Besc, para que ele fosse, realmente para o prego. Mas tenho que enaltecer que o governo Lula se comprometeu e que a senadora Ideli Salvatti foi muito importante para este processo junto com as classes organizadas. Parabênizos v.ex.as. e continuo sendo cliente do Besc, com muito prazer.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Agradeço o aparte de v.ex.a., deputado José Natal.

Parabéns aos servidores do Besc! Parabéns a todos que se mobilizaram e participaram desta conquista.

Quero falar sobre a educação em Santa Catarina. Na semana que vem assomarei a esta tribuna para falar sobre a luta do Sinte e dos educadores do estado. Estive numa reunião nesta semana com os deputados Professor Grando, Sargento Amauri Soares, Odete de Jesus, juntamente com outros parlamentares que participaram do debate sobre a necessidade de evitarmos a greve dos servidores da Educação. E

o único responsável, o único que pode evitar a greve é o governo do estado. Este governo que se diz democrático e aberto tem que receber o Sinte para abrir o canal de negociação e não encaminhar nenhum projeto de Prêmio Educar para esta Casa antes de ouvir a categoria, antes de ouvir os próprios parlamentares da base do governo.

Este governo precisa ouvir a área da Educação, precisa ouvir a categoria, para evitarmos a greve. E só tem um responsável para evitar a greve que poderá ser deflagrada a partir de 05 de março na assembleia geral dos educadores, qual seja, o governo do estado. Ele tem que receber o Sinte e acolher as principais reivindicações da classe para cumprir o mínimo do compromisso assumido historicamente, como a incorporação, através do abono e de outras reivindicações.

Portanto, esse movimento dos professores e educadores que começou no ano passado deu tempo para o governo discutir e pensar alternativas. Agora tem a assembleia dia 05 de março! Que comece o processo de negociação, que o secretário da Educação receba o Sinte e que seja aberto o canal de negociação.

Não é possível um governo não receber nem as categorias que trabalham, que são a grande maioria, como a exemplo dos funcionários da Saúde e da Educação, uma maioria de servidores públicos, junto com a Segurança, aqui no estado de Santa Catarina! Não é possível o secretário da Educação não

receber seus funcionários, não receber o sindicato, para dialogar, mesmo que seja para dizer não, mas que necessariamente precisa dizer sim para algumas reivindicações centrais dos educadores.

Não é possível dizer que a educação de Santa Catarina tem o nível de qualidade das melhores do país e está com os piores salários. E não é possível ouvir as secretarias de São Paulo dizerem que Santa Catarina é exemplo, no sentido da qualidade, mesmo que tenha o pior ou um dos piores salários do país. Os educadores querem dignidade, querem salários, querem direitos para trabalhar e garantir cada vez mais qualidade para os nossos filhos terem uma educação digna.

Por isso, vamos defender essa luta. E queremos que todos os deputados possam contribuir com esse processo de negociação para evitar a greve e para continuar a normalidade na educação de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, solene, para segunda-feira, às 19h.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA

ATO DA MESA N. 004-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Elizeu Mattos, membro da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações

Internacionais e do Mercosul, para ausentar-se do País, no período de 27 a 29 de fevereiro de 2008, a fim de participar da Reunião da União de Parlamentares do Mercosul, que será realizada em Buenos Aires e La Plata, República Argentina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 27 de fevereiro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - 3º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI N. 035/08

Dispõe sobre a adoção de livros didáticos, apostilas e/ou similares nas escolas particulares de educação básica no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º As escolas particulares de educação básica (educação infantil, fundamental e médio) de Santa Catarina ao adotarem livros didáticos, apostilas e/ou similares deverão cumprir as seguintes regras:

§ 1º O prazo de utilização, mínimo, dos livros didáticos, apostilas e/ou similares, será de 4 (quatro) anos letivos.

§2º Somente, após, cumprido este período, poderá o estabelecimento educacional, fazer a substituição dos livros didáticos, apostilas e/ou similares.

Art. 2º As escolas particulares de educação básica organizarão anualmente Feira de Troca de Livro Didático oportunizando aos pais e alunos o acesso mais econômico ao livro didático.

Art. 3º O não cumprimento desta lei, acarretará multa, ao estabelecimento educacional, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único - Na reincidência a multa será cobrada em dobro e assim sucessivamente.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei, especialmente quanto à atribuição de competência para fiscalizar e impor as penalidades previstas no art. 3º desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor em janeiro de 2009.
Sala das Sessões

Ana Paula Lima
Deputada Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 27/02/08

JUSTIFICATIVA

A troca anual dos livros didáticos, apostilas e/ou similares nas escolas particulares de Santa Catarina têm acarretado inúmeros problemas a comunidade usuária que perpassam desde aos altos custos econômicos, como também, a problemas ambientais.

São inúmeras as reclamações de mães e pais que discordam da política adotada por muitas escolas que trocam anualmente de livros didáticos.

Livros estes que poderiam muito bem ser utilizados por outros alunos da mesma escola sem prejuízo algum ao desempenho escolar. Chegamos ao absurdo de famílias que possuem irmãos em séries próximas não conseguirem utilizar os seus próprios livros, aumentando, assim, o custo da educação de seus filhos e prejudicando o orçamento familiar.

O presente projeto de lei visa:

1º Disciplinar o uso de livros didáticos, apostilas e/ou similares pelas escolas particulares em nosso estado;

2º Garantir o uso dos livros didáticos pelo período mínimo de 4 anos letivos;

3º Proporcionar a realização de feiras anuais de troca de livros objetivando o acesso ao livro didático mais barato para a comunidade escolar;

4º Dar um uso mais racional e solidário aos livros; e

5º Contribuir com a cultura da preservação ambiental, pois sabemos que o destino da maioria dos livros não utilizados, são infelizmente, o lixo.

O Brasil possui hoje um dos maiores mercados de livros didáticos do mundo. A diversidade de obras publicadas é extraordinária. As possibilidades de escolha por parte das escolas é imensa.

Por isso não entendemos o que leva muitas escolas a, anualmente, substituírem seus livros. Ou as escolhas são realizadas sem qualquer critério de qualidade ou os interesses econômicos das editoras estão prevalecendo sobre interesses da comunidade escolar.

Os pais já investem muito na educação de seus filhos com o pagamento das mensalidades, do transporte, dos uniformes, dos materiais e dos livros. Com este projeto estaremos dando uma grande contribuição à economia de milhares de famílias, além de contribuir com o meio ambiente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N. 036/08

Dispõe sobre a utilização do papel reciclado na Administração Pública Estadual.

Art. 1º O Poder Executivo estadual, em todos os órgãos da administração direta e indireta, utilizará prioritariamente, materiais de expediente confeccionados em papel reciclado.

§ 1º Como material de expediente de uso diário, entende-se: envelopes, cartões, formulários, blocos de rascunhos e notas, papéis timbrados, publicações, processos, boletins, embalagens e de usos similares.

§ 2º Como também livros, periódicos e similares produzidos pela Administração Pública.

Art. 2º Para os efeitos do disposto nesta lei entende-se com reciclado o papel que possui, em sua composição, pelo menos 50% (cinquenta por cento) de material obtido a partir do reaproveitamento de papel usado.

Art. 3º À margem dos documentos expedidos como papel reciclado será impressa a expressão: "PAPEL RECICLADO. MENOR CUSTO AMBIENTAL".

Art. 4º Ficam os órgãos da administração pública estadual, obrigados a emitir suas contas de cobrança (contas de água, luz, multas e outros) pelos serviços impressas exclusivamente em papel reciclado.

Art. 5º Fica o poder executivo autorizado a promover para seus funcionários no âmbito da administração Pública, direta, indireta e autárquica, programas de conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem de papéis utilizados em seus órgãos

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões

Ana Paula Lima
Deputada Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 27/02/08

JUSTIFICATIVA

No Brasil, um cidadão consome em média, no período de um ano, uma quantidade de papel equivalente a duas árvores de grande porte. A produção do papel não reciclado causa inúmeros danos ambientais:

- desmatamento;
- desperdício de água (500 litros por quilograma de papel não reciclado);
- poluição química causada pelos produtos utilizados no branqueamento do papel;
- aumento do volume de lixo nos aterros sanitários.

A obrigatoriedade da utilização de papel reciclado nas instituições públicas desse país diminuirá todos os danos ambientais acima mencionados.

Também servirá de exemplo para as empresas particulares e até mesmo para outros países, já que os problemas ambientais causados pela produção de papel não reciclado atingem todo o planeta.

A efetivação da lei estimulará a criação de novas empresas de reciclagem, gerando mais empregos e campos de investimentos.

O preço e a qualidade do papel reciclado são os mesmos do papel comum. Por isso as instituições públicas não sairão prejudicadas e muito menos as empresas particulares, que poderão aderir a uma campanha de marketing ecológico, alegando uso do papel ecologicamente correto.

É uma proposta em que tanto o meio ambiente quanto a economia e o cidadão sairão beneficiados.

É direito de todos ter o meio ambiente ecologicamente equilibrado, e a obrigação do Poder Público em defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações em explicitado no artigo 225, caput, da Constituição Brasileira;

O Poder Público deve incentivar as atividades voltadas ao meio ambiente, visando ao desenvolvimento, no País, de pesquisas e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental; à fabricação de equipamentos antipoluidores; e outras iniciativas que propiciem a racionalização do uso de recursos ambientais, segundo consta do artigo 13, da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Nº 6.938/81).

Com a reciclagem do papel teremos vários benefícios como: aumento da vida útil dos aterros sanitários, geração de emprego e renda, preservação dos recursos naturais, diminuição do lixo e poluição do solo, da água e gases.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 037/08

Autoriza ao Governo do Estado de Santa Catarina a criar o "Programa Permanente de Conscientização Sobre o Câncer Infantil"

Art. 1º Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a criar o "Programa Permanente de Conscientização Sobre o Câncer Infantil", que consiste no conjunto de ações e campanhas de conscientização sobre o câncer infantil, mediante a distribuição e afixação de impressos informando a relação de sintomas indicativos da possibilidade de ocorrência da doença e a necessidade de avaliação médica.

Parágrafo único. Em hipótese alguma os impressos que se refere o caput deste artigo, citarão ou farão alusão à possibilidade de ocorrência de câncer, limitando-se a citar o rol de sintomas e o alerta de que, na presença dos mesmos, deverá ser buscada orientação médica.

Art. 2º O rol de sintomas indicativos da possibilidade de ocorrência do câncer infantil, a informação sobre a presença dos sintomas e a necessidade de avaliação médica, serão veiculados através da mídia em geral e, em especial, através de impressos distribuídos, colocados à disposição da população e afixados, dentre outros, nos seguintes locais:

- I - estabelecimentos de ensino;
- II - creches;
- III - terminais de transporte coletivo;
- IV - postos de saúde;
- V - veículos utilizados no sistema de transporte coletivo;
- VI - edificações destinadas a sediar serviços públicos nos quais haja acesso direto por parte da população;
- VII - parques públicos e praças;
- VIII - hospitais, clínicas e prontos-socorros.

Art. 3º Os impressos serão confeccionados segundo critérios a serem definidos na regulamentação da presente Lei e conterão, no mínimo, os seguintes dizeres:

- Fique atento a estes sinais:
- Febre que não passa ou suores noturnos constantes;
- Manchas roxas em lugares que a criança não tenha batido;
- Dores nas pernas que fazem a criança não querer andar;
- Aumento dos gânglios linfáticos, conhecidos como "íngua" ou "carcinhos", que ocorrem nas virilhas, axilas e pescoço, mesmo sem dor e que não diminuam de tamanho;
- Dor e inchaço nas articulações;
- Dores de cabeça com perda de equilíbrio, acompanhadas de vômitos;
- Dor que não passa, com ou sem inchaço ou vermelhidão;
- Inchaço na barriga ou edema abdominal que pode estar acompanhado de alterações nas fezes (diarréia ou parada de evacuação) ou na urina (sangue na urina);
- Fraqueza, cansaço constante, falta de ar;
- Perda de peso sem motivo aparente;
- Mancha tipo "olho de gato" em um ou ambos os olhos, olhos "saltados" com inchaço da pálpebra;
- Dores ósseas que podem ser confundidas com "dores de crescimento" (geralmente a criança mostra sempre o mesmo local do osso; as dores permanecem à noite ou quando a criança está brincando);
- Aumento do tamanho dos testículos, com dor ou inflamação no local.

Crianças que apresentem algum dos mesmos deverão ser levadas a consulta médica."

Art. 4º Caberá à Secretaria de Estado da Saúde a formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução do programa que trata esta lei.

Art.5º O poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta dias).

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente
Sessão de 27/02/08

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

A presente proposta legislativa visa autorizar o Governo do Estado de Santa Catarina a criar o "Programa Permanente de Conscientização Sobre o Câncer Infantil", que consiste no conjunto de ações e campanhas de conscientização sobre o câncer infantil, mediante a distribuição e afixação de impressos informando a relação de sintomas indicativos da possibilidade de ocorrência da doença e a necessidade de avaliação médica.

O câncer no Brasil atinge, entre 12 e 13 mil crianças, anualmente. Sessenta por cento dos casos podem ser curados, mas apesar disso, a doença ainda registra números alarmantes, representando no País a terceira causa-morte de crianças entre um e 14 anos de idade. Isto acontece, porque, nem metade das crianças com câncer chegam aos centros de tratamento de câncer.

Apesar de não poder ser prevenido como os cânceres em adultos, o câncer infantil é mais sensível aos tratamentos e por isso mais fácil de ser curado, porém a grande arma contra o câncer infantil é o diagnóstico precoce. Mudanças de atitudes, hábitos ou disposição nas crianças, geralmente devem ser investigados. Como os cânceres da infância não esfoliam e raramente sangram, não existe um método de detecção precoce.

Os cânceres infantis, quando no início, são facilmente confundidos com patologias menores, comuns em crianças. A presença de gânglios, por exemplo, pode denunciar um linfoma ou leucemia: a barriguinha volumosa pode indicar, ao invés de uma verminose, a presença de tumor no rim ou alças intestinais; enquanto dores de cabeça, inchaços ou distúrbios de visão prolongados, também podem sinalizar algum tipo de câncer.

Desde que descobertos a tempo e tratados adequadamente, 70% dos casos de câncer infantil têm cura.

O câncer da criança geralmente afeta as células do sistema sanguíneo e os tecidos de sustentação.

As doenças malignas da infância, por serem predominantemente de natureza embrionária, são constituídas de células indiferenciadas, porém respondem, em geral, melhor aos métodos terapêuticos atuais.

No adulto, em muitas situações, o surgimento do câncer está associado claramente a fatores ambientais como, por exemplo, fumo e câncer de pulmão. Nas malignidades da infância não se observa claramente essa associação, logo a ênfase deve ser dada ao diagnóstico precoce.

No Brasil, muitos pacientes integrantes da denominada "faixa pediátrica" ainda são encaminhados ao centro de tratamento com doenças em estágio avançado, o que se deve a vários fatores:

- desinformação dos pais, medo do diagnóstico de câncer (podendo levar à negação dos sintomas), desinformação dos médicos. Mas, algumas vezes, também está relacionado com as características de determinado tipo de tumor.

É muito importante estar atento a algumas formas de apresentação dos tumores da infância.

Nas leucemias, pela invasão da medula óssea por células anormais, a criança fica suscetível à infecção, palidez, sangramento e dor óssea.

No retinoblastoma, um sinal importante de manifestação é o chamado "reflexo do olho do gato", embranquecimento da pupila quando exposta à luz.

Pode se apresentar, também, através de fotofobia ou extrabismo. Geralmente, acomete crianças antes dos três anos de idade.

Algumas vezes os pais notam uma massa no abdome, podendo tratar-se nesse caso, também, de um tumor de Wilms ou neuroblastoma.

Tumores sólidos podem se manifestar pela formação de massa, podendo ser visível e causar dor nos membros, sintoma, por exemplo, freqüente no osteossarcoma (tumor em osso em crescimento), mais comum em adolescentes.

Tumor de sistema nervoso central tem como sintomas dor de cabeça, vômitos, alterações motoras, alterações cognitivas e paralisia de nervos.

Nossa proposta legislativa ajuda os pais a estarem alertas quanto ao diagnóstico de prevenção e por isso, ajudará os pais, pois a criança não inventa sintomas e, que ao sinal de alguma anormalidade, estes levem seus filhos ao pediatra para avaliação. É igualmente relevante saber que, na maioria das vezes, esses sintomas estão relacionados a doenças comuns na infância. Mas isto não deve ser motivo para que a visita ao médico seja descartada.

O tratamento do câncer começa com o diagnóstico correto, mas para isso é importante que o Governo Estadual crie uma política pública voltada para a prevenção.

O problema do câncer infantil é grave no país. De acordo com dados do Instituto Nacional do Câncer, são registrados por ano no Brasil 7,1 mil novos casos da doença em crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos, sendo que desses, apenas 4,6 mil são registrados e tratados. Os outros 2,5 mil nem sequer chegam a ser diagnosticados.

Uma das armas para reduzir esses números é o diagnóstico precoce. Quando a doença é tratada no estágio inicial e é feito diagnóstico precoce e tratamento adequado, as possibilidades de cura chegam a 70%. Há 10 anos, esse índice não passava dos 30%, o que evidencia os avanços no tratamento da doença.

O combate ao câncer infantil começa com o diagnóstico, baseado em análises laboratoriais e no estudo de imagens. O tratamento deve ser realizado em centros especializados e inclui três procedimentos principais: quimioterapia, radioterapia e cirurgia.

Pelo acima exposto, considerando a relevância da matéria, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando o acolhimento e aprovação da presente proposta legislativa.

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO LEI Nº 0404.6./2007**

Aprova o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011 e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta,

Art. 1º Fica aprovado o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011, que estabelecerá as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 1º Para cumprimento das disposições constitucionais que disciplinam o Plano Plurianual, consideram-se:

I - diagnóstico, o conhecimento da realidade, capaz de permitir a identificação, a caracterização, a mensuração e a compreensão dos principais problemas e necessidades do Estado;

II - diretrizes, o conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

III - objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais; e

IV - metas, a especificação e a quantificação física dos objetivos estabelecidos.

§ 2º O diagnóstico, as diretrizes, os objetivos, as metas e as despesas estão especificados no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Os valores financeiros contidos nesta Lei estão previstos a preços vigentes em junho de 2007 e serão atualizados, em cada exercício de vigência do Plano Plurianual, de acordo com o disposto na Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º A exclusão ou alteração dos programas constantes desta lei ou a inclusão de novos programas, ações e sub-ações, serão propostos pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou mediante leis específicas.

Art. 4º O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade civil organizada na avaliação e revisão do Plano Plurianual 2008-2011.

Art. 5º O Plano Plurianual de que trata esta Lei poderá ser revisado ou modificado:

I - por lei conjunta ao orçamento, sempre que as ações propostas não estiverem previstas em seu conteúdo; e

II - por lei específica, quando da revisão geral, que deverá ser encaminhada à Assembléia Legislativa por ocasião do envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a alteração de indicadores de programas e a incluir, excluir ou alterar outras ações e respectivas metas, nos casos em que tais modificações não resultem em mudança nos orçamentos do Estado.

§ 2º As revisões do Plano Plurianual 2008-2011 deverão observar as variantes ocorridas no contexto social, econômico e financeiro, bem como a continuidade do processo de reestruturação do gasto público estadual.

§ 3º A reestruturação do gasto público estadual terá como objetivos:

I - assegurar o equilíbrio nas contas públicas;

II - aumentar os níveis de investimento público estadual, em particular os voltados para a área social e para infra-estrutura econômica;

III - conferir racionalidade e austeridade ao gasto público estadual;

e

IV - elevar o nível de eficiência do gasto público.

§ 4º O Poder Executivo, para consecução dos objetivos referidos no § 3º, adotará as seguintes linhas de ação:

I - manutenção da redução da participação relativa aos gastos com pessoal na despesa pública estadual; e

II - modernização e racionalização da administração pública estadual.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a alterar, por decreto, os valores físicos e financeiros das ações dentro de um mesmo programa.

Art. 7º Para efeitos de elaboração de planos e programas estaduais, bem como para o estabelecimento das diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual, em cumprimento ao disposto no art. 120, § 1º, da Constituição Estadual, ficam adotadas as trinta e seis regionais, formadas pelos municípios definidos nos incisos I a XXXVI do art. 80 da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, e respectivas alterações posteriores.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, em 11 de dezembro de 2007.

Deputado Jorginho Mello

Presidente

Obs: Os Anexos encontram-se disponibilizado na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br), Mural Eletrônico.

*** X X X ***